



**RELATÓRIO DA CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DAS AÇÕES DO
PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO
TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS (DF/GO/MG) –
PROCESSO 554532/2010-7**

FICHA TÉCNICA

Executores

Universidade de Brasília (UnB)

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Financiadores

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

**BRASÍLIA
SETEMBRO / 2011**



EQUIPE TÉCNICA

Universidade de Brasília (UnB)

Flávio Borges Botelho Filho
Flávio Murilo Pereira da Costa
Juarez Martins Rodrigues
Diego Donizetti Gonçalves Machado
Magda Eva Soares Machado
Fernanda Regina Nascimento
Sérgio Sauer
Adrilane Batista de Oliveira
Jair Reck
Moisés Villamil Balestro
Maria Neuza da Silva Oliveira
Jean Louis Le Guerroué
Luis Antonio Pasquetti
Janaina Deane de Abreu Sá Diniz
Violeta de Faria Pereira

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Paulo Ricardo da Rocha Araújo

Célula de Acompanhamento e Informação (CAI)

Flávio Borges Botelho Filho
Moisés Villamil Balestro
Roberta Elaine Carolina de Lima
João Paulo Ghesti



Índice

INTRODUÇÃO	4
1. CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	9
2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS.....	13
2.1 Município de Buritis.....	13
2.2 Município de Formosa	17
2.3 Município de Padre Bernardo	22
2.4 Município de Planaltina de Goiás	26
2.5 Município de Unai.....	30
3. IDENTIDADE TERRITORIAL E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS	37
4. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS.....	43
5. AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS	51
6. ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS... 64	
7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO.....	72
8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO.....	73
REFERÊNCIAS	81



INTRODUÇÃO

Este trabalho relata, analisa e discute um conjunto de informações sobre o Território da Cidadania de Águas Emendadas. Foram meses de trabalho em treinamentos, na coleta de informações, participação em reuniões do colegiado, viagens para entrevistas e contatos com os mais diversos atores internos e externos do Território. Foram organizados um seminário sobre a temática do desenvolvimento territorial com a presença de pesquisadores de fora do Distrito Federal e reuniões de coordenação da equipe do núcleo. Todas essas atividades permitiram uma reflexão sobre o território.

Reflexão essa que necessitará ser ainda socializada com os integrantes do território e seus representantes no Colegiado do Território das Águas Emendadas (COTAE), bem como apresentada aos integrantes da academia para sofrer as necessárias críticas, sugestões e posterior aprofundamento das questões candentes. Certamente, o relatório contém lacunas, a crítica ao mesmo será importante para que as lacunas sejam preenchidas com mais trabalho e reflexão de forma organizada para permitir o avanço nos conhecimentos sobre a realidade da região. Tarefa importante também será o possível processo de auto-conhecimento do COTAE de sua realidade tal como captada pelas informações aqui organizadas para a crítica de seus resultados e apontar rumos futuros.

A área em estudo é de quase 40 mil Km². Comparando com a área total de um país como Portugal Continental, que tem cerca de 90 mil Km², o território do COTAE corresponde a 44% da área de Portugal. Nessa imensidão espacial temos a presença do Governo Federal, dois Estados (Minas Gerais e Goiás) e o Distrito Federal (com suas cidades e áreas rurais) e mais onze municípios atuando com diversas políticas públicas. São três níveis de governo. A rede de atores governamentais que atuam na área é muito maior do que aqueles que efetivamente estão representados e têm presença constante nas interações necessárias para o funcionamento da ação coletiva.

As articulações dos níveis municipais periféricos ao Distrito Federal e a capital do país nessa área apresenta uma agenda de problemas derivados do impacto da metrópole no ordenamento político, social e econômico nessa área que não estão na agenda pensada na



criação dos territórios da cidadania. A agenda dos territórios da cidadania foi pensada na esteira do projeto LEADER na Europa que buscava atuar em regiões “deprimidas”.

A sociedade civil e seus movimentos sociais que participam do processo do Conselho, apesar de determinados e combativos, não criam as condições para dar organicidade ao movimento regional. Apenas alguns segmentos da sociedade civil organizada estão envolvidos com o processo. Com isso o conselho tem dificuldade de se constituir. Presença não é constante, tanto dos atores governamentais quanto dos atores da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil carecem de recursos econômicos e sociais (redes de apoio técnicas e políticas) para sustentar as atividades necessárias para construir uma instituição com presença ativa e peso decisório na política regional.

Essa particularidade da região de ser uma região metropolitana que influencia e atua como centro político e econômico e social no processo regional cria uma dinâmica nesse espaço que rompe com as tradicionais visões de desenvolvimento rural, da agricultura familiar e da organização social. A presença da metrópole interage e tem um papel dominante com sua região periférica. Entretanto, são poucos os estudos que aprofundam essas questões e apontem para como se dará essa articulação rural urbana na periferia das metrópoles de forma a garantir um desenvolvimento sustentável que supere a pobreza e miséria extrema.

O tempo no processo social é muito importante. A história tem um papel decisivo no entendimento da ação regional. Portugal que tem séculos de existência e no espaço em estudo, tanto a metrópole como sua região periférica têm pouco mais de 50 anos. É uma nova aglomeração que evoluiu muito rapidamente. Ocorreu uma ocupação, transposição e criação de um conglomerado urbano-metropolitano nesse espaço que antes era caracterizado por ser uma zona de cerrado de exploração pecuária com uma densidade populacional rarefeita.

Esse processo de ocupação do espaço da região foi fruto de um projeto nacional desenvolvimentista do Estado brasileiro. Essa metrópole, hoje uma realidade, transformou e criou e está criando um tecido social, forjando uma rede de relações políticas e um processo de crescimento econômico tem em sua dinâmica regional um padrão que não é de uma região marginalizada e deprimida. Pelo contrário, apresenta uma exuberância em seu crescimento embora mantenha as características de desigualdade de nosso país.



Pensar aqui a agricultura familiar e o desenvolvimento rural em uma perspectiva de resgate da cidadania por meio da criação de uma instituição alavanque os necessários processos de intervenção supra municipais e infra-estaduais com a participação dos atores da sociedade civil é responder algumas perguntas. Ela é possível? Se possível, é real?

Esses questionamentos não pretendem encontrar respostas simples para problemas tão complexos. A busca de um maior conhecimento da região tomando por parâmetros o que foi pensado quando foi idealizada a política pública dos Territórios da Cidadania e como essa política pública foi ajustada à realidade da região metropolitana, pode ajudar a entender os limites da política pública e encontrar caminhos de superação. Essa reflexão poderá ajudar reconfigurar essa intervenção governamental na região, uma vez que as demandas do movimento social estão presentes e podem ser potencializadas no sentido de uma ação coletiva mais eficiente e eficaz.

Essas reflexões iniciais levantam dúvida sobre a possível constituição do COTAE. Deixando de lado a visão burocrática de que seu funcionamento se dá pela existência de regulamentos, presença nas reuniões e decisões coletivas tomadas pela sociedade civil e pelos representantes do diversos setores do estado. A realidade está mostrando que o processo de criação de uma instituição que promova o desenvolvimento da região de forma articulada entre a sociedade civil e os representantes do Estado não está obtendo sucesso.

Não existem causas únicas que expliquem o insucesso. A situação real é complexa com um grande número de fatores e variáveis interferindo no processo dinâmico. A recente história dessa região “criada” influencia o processo o tornando mais complexo. Impede a identificação de partes do todo como “causadoras” desse ou daquele impedimento na constituição de instituições. É necessário analisar o todo. É fundamental entender o processo de desenvolvimento da região e observar se é possível e como e o que pode ser feito. Para tanto é necessário uma agenda regional. Construindo uma agenda sobre o que fazer de forma articulada com a sociedade civil e o Estado para atingir os objetivos de combater a pobreza e a desigualdade.

A idéia de uma instituição supra municipal que atue na coordenação e na oferta de bens e serviços públicos baseada na colaboração entre os atores governamentais dos três níveis do governo e os atores que representem a sociedade civil é o eixo central da proposta



de existência desse tipo de organização. A questão que se coloca é se essa área pode se tornar um território da cidadania?

Esse relatório tenta mostrar as características dessa região e as ações realizadas e os problemas encontrados. Não se responde essa questão. Essa questão deve ser respondida em um debate e um processo político a ser enfrentado pelos atores do COTAE. A busca da identidade que legitime o Colegiado e as suas ações serão necessariamente fruto de uma ação coletiva dos movimentos sociais que lhe dão sustentação e com os representantes governamentais, e se houver, será possível a responder a questão.

O Território das Águas Emendadas - DF/GO/MG abrange uma área de 37.721,70 Km² e é composto por 11 municípios: Brasília, Buritis, Cabeceira Grande, Unaí, Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina e Vila Boa, mas a pesquisa realizada foi em seis municípios: Brasília, Buritis, Unaí, Formosa, Padre Bernardo e Planaltina.

Foram aplicados cinco questionários ao todo: o questionário Q1 - *capacidades institucionais* foram cinco questionários aplicados nos municípios; o Q2 e Q3 – *Identidade Territorial e Acompanhamento da gestão dos colegiados territoriais* foram aplicados entre sociedade civil organizada e instituições governamentais um total de 116 questionários; o Q4 – *Índice de condições de vida* foram aplicados 270 questionários e o Q5 – *Avaliação de projetos de investimentos* foram 35 questionários dentro dos municípios de Buritis, Unaí, Formosa, Padre Bernardo e Planaltina. É importante salientar que o Q5 não foi aplicado em Brasília por força maior dos proponentes que colocaram dificuldades. Ainda estão sendo realizados contatos com as instituições para obter informações para poder concluir os questionários de avaliação de projetos de investimentos.

Os contatos iniciais com os membros do Colegiado Territorial das Águas Emendadas foi pontuado por falhas de comunicação. O Colegiado não estava ciente do trabalho que seria desenvolvido pela UnB. Com os contatos realizados para a aplicação dos questionários Identidade Territorial, Gestão dos Colegiados, e mesmo Avaliação de Projetos de Investimento, os integrantes do Colegiado, os membros do Colegiado perceberam a importância do trabalho, e, em geral, foram bastante solícitos aos responderem aos questionários.



Outro fator que impossibilitou nossas atividades, inicialmente, foi a falta de contato com o assessor territorial. Quando a célula iniciou as atividades, a assessora era Rosilda Sousa. Depois, foi substituída e a equipe da Célula não fora apresentada ao novo assessor territorial. Quando, finalmente, o assessor tomou conhecimento do trabalho da Célula, houve colaboração na indicação de membros do colegiado e na indicação de executores para a aplicação dos questionários Avaliação de Projetos de Investimento.

Houve diferenças no contato com o Colegiado, de município para município. A maior dificuldade para contatar os membros de colegiado foram em Formosa (GO) e Brasília. Tanto para identificar os membros, como na própria interação com eles, depois de conhecê-los. Em Padre Bernardo (GO), também é possível mencionar algumas dificuldades nesse sentido. No caso de Minas Gerais, a situação foi bastante diversa. Em Unaí, houve a ajuda de um dos membros do colegiado indicou todas as instituições que participam do colegiado no município, e os representantes dessas instituições. Além disso, ele entrou em contato com essas pessoas, facilitando, dessa forma, nosso contato para a aplicação dos questionários. Esse mesmo membro do Colegiado também indicou alguns membros do colegiado de Buritis (MG), e também entrou em contato com eles, apresentando a equipe da Célula de Acompanhamento. Pode-se considerar que a aplicação de questionários em Minas Gerais foi mais fácil e proveitosa do que nos outros municípios devido a isso.

Um primeiro problema encontrado na realização da aplicação dos questionários foi identificar quem eram os membros do COTAE. Foi obtida uma lista com o assessor territorial, mas ela estava desatualizada. Neste sentido, as entrevistas foram conduzidas com o uso da técnica denominada *snowball*, os membros entrevistados indicavam outros membros.

Dessa forma, além de aplicar os questionários, foi possível atualizar a lista de membros. Isto foi útil não somente para a Célula de Acompanhamento, mas também para o próprio Colegiado. Na última reunião do Colegiado, realizada em Formosa, a lista elaborada pela Célula de Acompanhamento foi utilizada na realização das atividades do Colegiado.



1. CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS

A nova lógica geopolítica esboçada no Brasil, em 1980, a partir da região Centro-Oeste conferiu um papel estratégico à região, ao incorporá-la definitivamente à dinâmica capitalista do país. Esse novo mapa da economia brasileira ou nova geografia econômica inclui elementos tais como o posicionamento geográfico, a economia urbano-regional, a biodiversidade e a intervenção estatal (GUEDES & NATAL, 1997, apud STEINBERGER, 2000). A partir da segunda metade do século XX, essa região geográfica ganhou destaque por abrigar Brasília, a nova capital da República, e por ter se transformado em “celeiro nacional”, devido à maciça ação estatal que induziu um modelo de ocupação próprio (STEINBERGER, 2000). Segundo a autora, o Centro-Oeste vem assumindo cada vez mais a marca de uma macrorregião que sintetiza o próprio Brasil, ou seja, uma região de síntese nacional, cujo core é o Distrito Federal, tanto pela sua posição geográfica de centralidade nacional, quanto pela sua configuração como ponto de encontro num processo de construção de unidade regional. Além das características adquiridas a partir da continuada intervenção estatal, a região apresenta características intrínsecas ao espaço fisiográfico, como, por exemplo, a sua localização no Planalto Central, que abriga o centro de dispersão de águas em uma área do Distrito Federal conhecida como Águas Emendadas, onde estão as nascentes de córregos e rios pertencentes às três grandes bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônia, São Francisco e Platina.

Em resposta à demanda de redução das disparidades sociais e regionais, com a criação do Ministério da Integração Nacional – MI; a questão da integração nacional e do desenvolvimento regional é retomada como prioridade na agenda do Governo brasileiro. Neste contexto de ações de integração e de desenvolvimento regional, novas regionalizações com escalas espaciais diferenciadas das tradicionais macrorregiões ganham importância; surgindo as mesorregiões diferenciadas como espaços subnacionais de confluência entre dois ou mais estados. Dessa forma, é criada a mesorregião de Águas Emendadas, com 76 municípios pertencentes ao Estado de Goiás e 23, ao Estado de Minas Gerais; totalizando uma população de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Com a mudança da capital do país para Brasília e a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste, a região tem experimentado um novo dinamismo à sua dinâmica sócio-econômica. Nestas últimas décadas,



a Messorregião tem atraído fluxos migratórios significativos, como no caso da área do entorno do Distrito Federal, que, na década de 90, apresentou um crescimento populacional da ordem de 65%.

A economia da Mesorregião de Águas Emendadas, fortemente influenciada pela dinâmica econômica do Distrito Federal, tem como setores mais importantes o de serviços e o agropecuário, destacando-se a produção de grãos em grandes estabelecimentos agrícolas, com a incorporação de investimentos significativos em modernização; existindo forte concentração de renda na Mesorregião, onde mais da metade dos chefes de família tem renda mensal de até um salário mínimo. Segundo o MI, esse baixo nível de renda reflete não só a baixa capacidade de geração de empregos formais, mas também o baixo nível de escolaridade da população, cuja taxa de analfabetismo da quase totalidade dos municípios é maior que 15 anos, sendo mais elevada que as respectivas taxas médias estaduais e nacional. Atualmente, a Mesorregião possui um caráter predominantemente urbano, com pressão crescente sobre a oferta de serviços de infra-estrutura social básica, como saneamento, abastecimento de água, educação e saúde; sendo que os fluxos migratórios crescentes, a alta dependência econômica dos municípios em relação ao Distrito Federal e a baixa capacidade de arrecadação destes com reflexos negativos sobre a oferta de serviços públicos ressaltam a importância de ações cooperativas entre os municípios integrantes dessa Mesorregião.

Somando-se às ações dos 13 (treze) Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), em 164 territórios rurais de todo o País, está em andamento o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), cujo objetivo é garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda, de forma descentralizada e sustentável. Este Programa auxilia no reconhecimento do território para projeção e expressão da identidade de determinada população, o que inclui características sócio-culturais, ambientais, político-institucionais e econômicas peculiares, sendo distribuído em 4 (quatro) eixos temáticos: fortalecimento da gestão social; dinamização econômica dos territórios; fortalecimento das redes sociais e de cooperação; e a articulação de políticas públicas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010). O Programa conta, em sua estrutura institucional, com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável –



CEDRS, órgão responsável pela homologação da inclusão de novos territórios e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, órgão colegiado que tem por objetivo contribuir para a superação da pobreza; contribuir para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; bem como, para a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais; e, propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável (FAVARETO, 2009).

Em fevereiro de 2008, tendo como base o PRONAT, é lançado o Programa Territórios da Cidadania, no qual, num primeiro momento, foram incluídos 60 territórios do Programa Territórios Rurais com os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, e baixo dinamismo econômico (FAVARETO, 2009); com o objetivo de superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, incluindo as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com a integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; a ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; e a inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas.

O Programa Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do Governo Federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010). Dentre os 120 Territórios de Cidadania atendidos pelo Programa, está incluso o Território da Cidadania Das Águas Emendadas (DF/GO/MG), que abrange uma área de 37.721,70 Km² e é composto por 11 municípios: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina, Vila Boa, Brasília e Unai; sendo sua população total de 2.769.373 habitantes, dos quais 52.966 vivem na área rural. Para 2010 o Governo Federal possui uma matriz de 101 ações que estão sendo executadas no Território, totalizando R\$ 753.337.732,34 em investimentos; conforme dados do Portal da Cidadania.

Estas ações incluem a construção de um sistema de monitoramento, controle, acompanhamento e avaliação, que é um instrumento fundamental para a gestão e para a



tomada de decisões, subsidiando o processo com informações que poderão instrumentalizar as tomadas de decisão; informar as institucionalidades territoriais, fazendo da informação um elemento de auto-gestão e empoderamento; monitorar, acompanhar e avaliar as ações a serem implementadas e o desenvolvimento dos territórios; articular os agentes e mantê-los informados; e prestar contas aos setores públicos e privados que controlam as atividades de Governo. Os indicadores derivados deste sistema deverão refletir os processos de implementação, de gestão e de desenvolvimento sustentável dos territórios e controlar as ações, os resultados dessas ações ao público alvo e também os impactos causados no desenvolvimento geral dos territórios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Neste contexto, está sendo implementado pelo Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI) da Universidade de Brasília – UnB o projeto “Acompanhamento do desenvolvimento territorial e das ações do Programa Territórios da Cidadania no território de Águas Emendadas (DF/GO/MG)”, cujo objetivo geral é construir um sistema de informações para avaliação e acompanhamento do desenvolvimento do Território das Águas Emendadas.



2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS

O trabalho foi realizado em cinco cidades e nove distritos das regiões de Minas Gerais e Goiás. No município de Formosa a pesquisa foi realizada nos distritos de Formosa e Santa Rosa; no município de Padre Bernardo; no município de Planaltina, o distrito de Córrego Rico; no município de Buritis, São Pedro do Passa Três; e em Unaí, Palmeirinha e Santo Antônio do Boqueirão. A contextualização foi feita nas cidades citadas e de cada uma foram caracterizadas as suas dimensões geográficas, históricas, demográficas, econômicas, infraestrutura, culturas, bem como organização político-institucional de cada município.

2.1 Município de Buritis

Distrito criado com a denominação de Buritis, pela resolução de 31-05-1815, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Paracatu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Buritis, figura no município de Paracatu. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920. Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Buritis foi desmembrado do município de Paracatu para entrar na constituição do novo município de São Romão, e perdeu um território que constituiu em parte, o distrito de Joanópolis, no município de São Romão, e outra parte que ficou para o novo distrito de Garapuava, do município de Paracatu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Buritis, figura no município de São Romão.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936, 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de Buritis foi transferido do município de São Romão para constituir o novo município de Unaí. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Buritis figura no município de Unaí.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Buritis, pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Unaí. Sede no antigo distrito de Buritis. Constituído de 2



distritos: Buritis e Serra Bonita (ex-Joanópolis), ambos desmembrados do município de Unaí. Instalado em 01-03-1963.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Buritis e Serra Bonita.

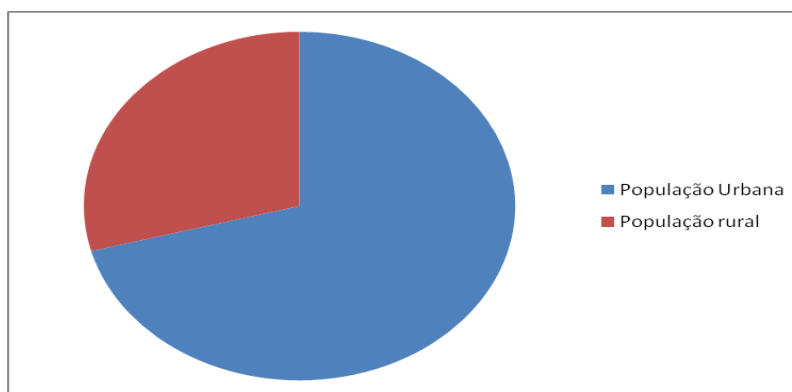
Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999.

Pela lei nº 809, de 07-12-1999, é criado o distrito de São Pedro do Passa Três e anexado ao município de Buritis.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 3 distritos: Buritis, São Pedro do Passa Três e Serra Bonita.

Segundo dados do IBGE (2011), o Município de **Buritis** (MG), que possui área territorial de **5.225,179** (Km²) e densidade demográfica de **4,35** (hab/km²), incluindo o distrito de **São Pedro do Passa Três**, conta com uma população de **22.737** habitantes em 2010.

Desse total, **16.100** habitantes pertencem à áreas urbanas e **6.637** habitantes, à áreas rurais, como se pode verificar no **Gráfico 1**, abaixo.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2011).

Gráfico 1: População urbana e rural – Buritis/MG

EDUCAÇÃO

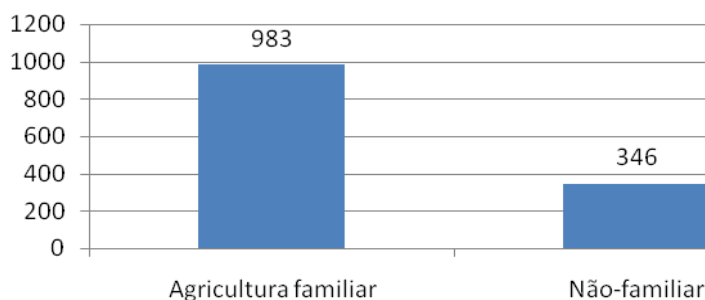
TABELA 1: Pessoas não alfabetizadas (pessoas 10 anos ou mais de idade)

DOMICÍLIO	PERCENTUAL (%)
RURAL	18,2 %
URBANA	11,4 %
TOTAL	13,4 %

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).



Dentro da população rural, segundo dados do IBGE de 2006, há **983** estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, totalizando uma área de **46.331** (ha), e **346** estabelecimentos não-familiares, totalizando uma área de **228.782** (ha). Como ilustrado na **Gráfico 2**.

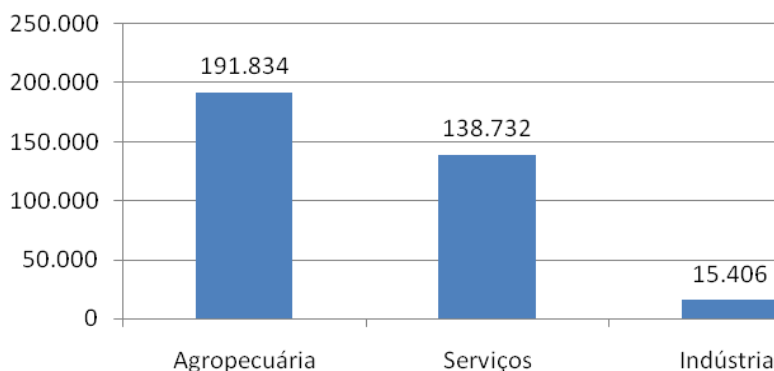


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2006).

Gráfico 2: agricultura familiar e não-familiar – Buritis/MG

O Município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de **0,733**; o IDH educação de **0,789**; Longevidade de **0,723**; e o de Renda de **0,687**. Em relação à matrícula em estabelecimentos escolares, segundo dados do IBGE em 2009, no ensino fundamental, houve **4.439** matrículas e **972**, no ensino médio.

Conforme a proporção apresentada no **Gráfico 3**, na composição do Produto Interno Bruto do Município, a agropecuária participa com 191.834; os serviços com 138.732, e a indústria com 15.406 do PIB.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).

Gráfico 3: produto interno bruto (valor adicionado)



PECUÁRIA

TABELA 2: Pecuária

TIPO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	101.566
Galos, frangas, frangos e pintos	17.000
Suínos	6.750
Galinhas	6.500
Eqüinos	4.600
Ovinos	2.000
Muares	500
Caprinos	250
Bubalinos	100
Asininos	30

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).

LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

TABELA 3: Valor bruto da produção da lavoura permanente

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Café	2.109
Laranja	643
Borracha	374
Banana	22

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).

TABELA 4: Valor bruto da produção da lavoura temporária

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Soja	120.240
Milho	63.872
Feijão	30.248
Algodão herbáceo	7.763
Sorgo	3.888
Alho	2.340
Batata - inglesa	1.860
Cebola	1.200
Trigo	941
Arroz	588
Cana-de-açúcar	452
Mandioca	224
Mamona	18
Melancia	6

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).



MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE

TABELA 5: Mapa de pobreza e desigualdade

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI
Unai	0,38
Minas Gerais	0,46

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Buritis/MG. (2011).

2.2 Município de Formosa

Distrito criado com a denominação de Vila Formosa da Imperatriz, pela lei provincial nº 4, de 22-08-1838. Em 1839 o Julgado de Couros pertencia ao Município de Santa Luzia, Comarca de Santa Cruz. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Formosa da Imperatriz pela lei provincial nº 1, de 01-08-1843, desmembrado do município de Santa Luzia. Sede na antiga povoação de Vila Formosa da Imperatriz. Constituído de 2 distritos: Vila Formosa da Imperatriz e Santa Rosa, ambos desmembrados de Santa Luzia. Instalado em 22-02-1844. Em 1851 passou a Comarca de Paranaíba, com sede em Catalão. Em 1857, pela Lei nº 12, de 24-11-1855, passou a fazer parte, com São Domingos e Flores, da Comarca do Rio Paranã. Pela Resolução nº 341, de 18-12-1875, foi Formosa elevada a comarca, tendo sido instalada em 17 de Setembro do mesmo ano, pelo Decreto de 09 de Julho de 1881, declarada primeira entrância.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Formosa da Imperatriz, pela lei provincial nº 574, de 21-07-1877, sendo instalada em 16 de setembro do mesmo ano. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Formosa ex-Vila Formosa da Imperatriz e Santa Rosa. Pela lei municipal nº 70, de 23-01-1912, é extinto o distrito de Santa Rosa, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Formosa. Pela lei nº 10, de 22-05-1924, é recriado o distrito de Santa Rosa e anexado ao município de Formosa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Formosa e Santa Rosa.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 e, bem assim, no quadro anexo ao Decreto-Lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, Formosa, juntamente com os termos de Planaltina e São João D'Aliança, constitui a Comarca de São João D'Aliança. Pelo decreto-lei estadual nº 1233, de 31-10-1938, o distrito de Santa Rosa é extinto, sendo seu



território anexado ao distrito sede do município de Formosa. Sob o mesmo decreto o município adquiriu o território do extinto município de São João da Aliança, com simples distrito. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Formosa e São João D'Aliança.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950.

Pela lei municipal nº 44, de 29-12-1952, é criado o distrito de Cabeceiras ex-povoado anexado ao município de Formosa. Pela lei municipal nº 47, de 30-12-1952, é criado novamente o distrito de Santa Rosa anexado ao município de Formosa. Pela lei estadual nº 954, de 13-11-1953, complementada pela lei estadual nº 1274, de 14-12-1953, desmembra do município de Formosa o distrito de São João D'Aliança. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 3 distritos: Formosa, Cabeceiras e Santa Rosa. Pela lei municipal nº 233, de 01-01-1958, é criado o distrito de Crixalândia e anexado ao município de Formosa. Pela lei estadual nº 2102, de 14-11-1958, desmembra do município de Formosa o distrito de Cabeceiras. Elevado à categoria de município. Pela lei municipal nº 259/32, de 25-09-1961, é complementada pela lei nº 46 de 0702-1969 é extinto o distrito de Crixalândia, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Formosa.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Formosa e Santa Rosa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Pela lei estadual nº 10440, de 10-01-1988, é criado o distrito de Vila Boa e anexado ao município de Formosa. Pela lei estadual nº 11707, de 29-04-1992, desmembra do município de Formosa o distrito de Vila Boa. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 2 distritos: Formosa e Santa Rosa. O Município conta com 3 povoados: Bezerra, Crixalândia, e JK. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Alteração toponímica municipal Vila Formosa da Imperatriz para simplesmente Formosa alterado, pela lei provincial nº 574, de 21-07-1877.

O município possui três distritos:

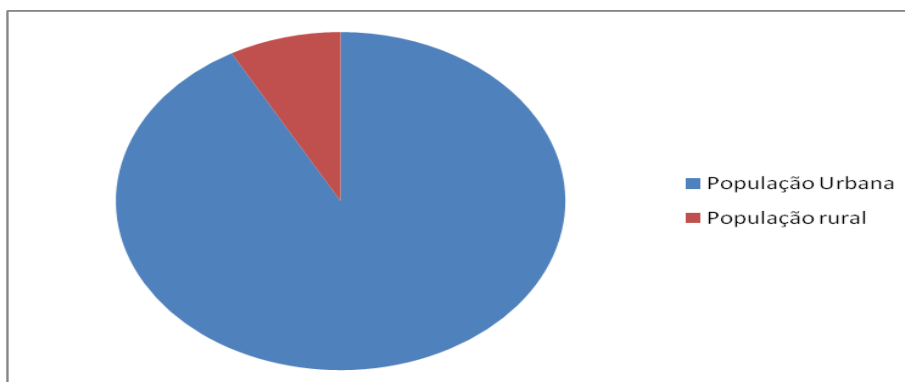
- **Distrito Bezerra** é um dos três distritos do município de Formosa, no estado brasileiro de Goiás. Localiza-se a 30 km do município de Formosa a 15°29'34.98"S 47°06'25.37"O. Para chegar ao distrito segue-se pela rodovia asfaltada BR-020. O Distrito Bezerra destaca-se pelos pontos turísticos que possui, por exemplo: Buraco das Araras; Gruta das Andorinhas; Poço Azul; Cachoeira da Santana; Gruta da Jabuticabeira; Lajedo; Lajes; Cachoeira do Bisnau;



Sítio Arqueológico do Bisnau; Escorregador e Toca da Onça. Em Bezerra também ocorre o Encontro do Bonito, onde há cantos, danças e encontros de diversas culturas populares da região e entorno.

- **Distrito de Santa Rosa** segundo o site da prefeitura, existe apenas um distrito em Formosa, Santa Rosa e dois povoados, JK e Bezerra. (2009)

O Município de **Formosa** (GO), segundo dados do IBGE (2011), possui área territorial de **5.811,782** (Km²) e densidade demográfica de **17,22** (hab/km²), incluindo o distrito de **Santa Rosa**, conta com uma população de **100.085** habitantes em 2010. Desse total, **92.023** habitantes pertencem às áreas urbanas e **8.062** habitantes, às áreas rurais, como se pode verificar na **Figura 4**, abaixo:



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2011).

Figura 4: População urbana e rural – Formosa/GO

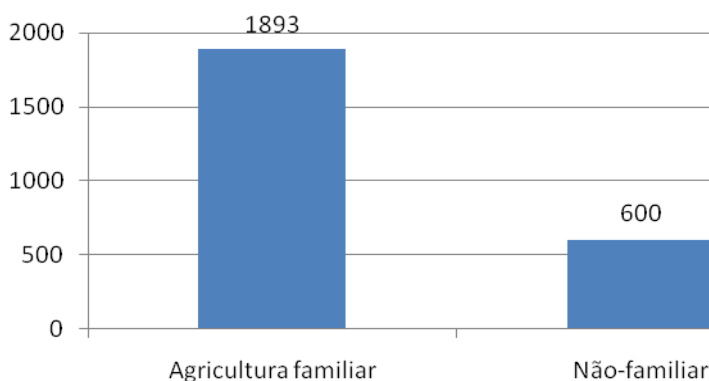
EDUCACÃO

TABELA 6: Pessoas não alfabetizadas (pessoas 10 anos ou mais de idade)

DOMICÍLIO	PERCENTUAL (%)
RURAL	15,1 %
URBANA	7,2 %
TOTAL	7,8 %

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

Dentro da população rural, segundo dados do IBGE de 2006, há **1.893** estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, totalizando uma área de **53.850** (ha), e **600** estabelecimentos não-familiares, totalizando uma área de **452.664** (ha). Como ilustrado no **Gráfico 5**.



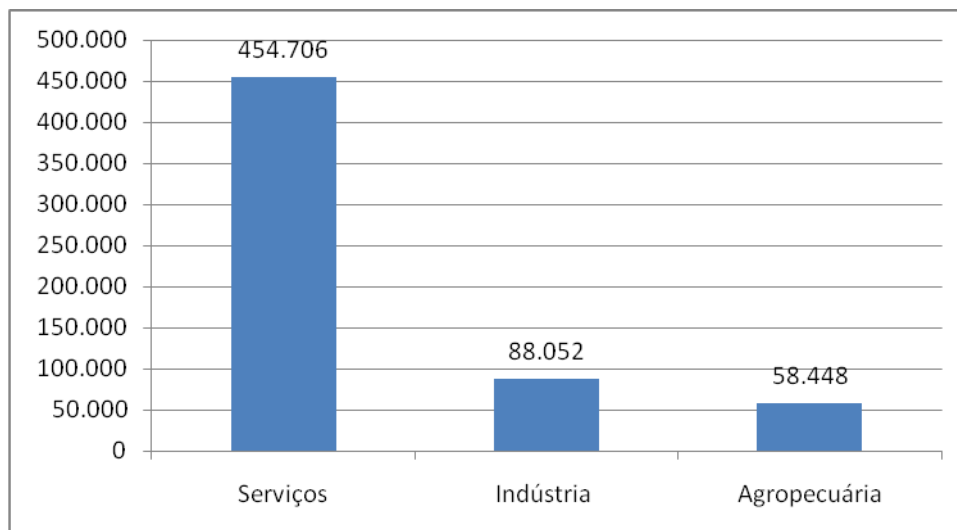
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

Gráfico 5: agricultura familiar e não-familiar

O Município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de **0,75**; o IDH educação de **0,84**; Longevidade de **0,73**; e o de Renda de **0,681**.

Em relação à matrícula em estabelecimentos escolares, segundo dados do IBGE em 2009, no ensino fundamental, houve **17.036** matrículas e **4.999**, no ensino médio.

Conforme a proporção apresentada no **Gráfico 6**, na composição do PIB do Município, os serviços participam com 454.706; a indústria com 88.052; e a agropecuária com 58.448.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

Gráfico 6: produto interno bruto (valor adicionado)



PECUÁRIA

TABELA 7 : Pecuária

TIPO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Galinhas	353.013
Bovinos	223.100
Galos, frangas, frangos e pintos	73.220
Suínos	8.960
Equinos	6.000
Ovinos	2.980
Muare	440
Codornas	400
Caprinos	280
Bubalinos	90
Asininos	40

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

TABELA 8: Valor bruto da produção da lavoura permanente

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Coco-da-baía	343
Banana	192
Café	82
Laranja	82
Manga	10
Tangerina	8

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

TABELA 9: Valor bruto da produção lavoura temporária

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Soja	14093
Milho	9900
Mandioca	3200
Feijão	2430
Arroz	540
Tomate	480
Sorgo	450
Cana-de-açúcar	360

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE

TABELA 10: Mapa de pobreza e desigualdade

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI
Formosa	0,42
Goiás	0,45

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Formosa/GO. (2011).

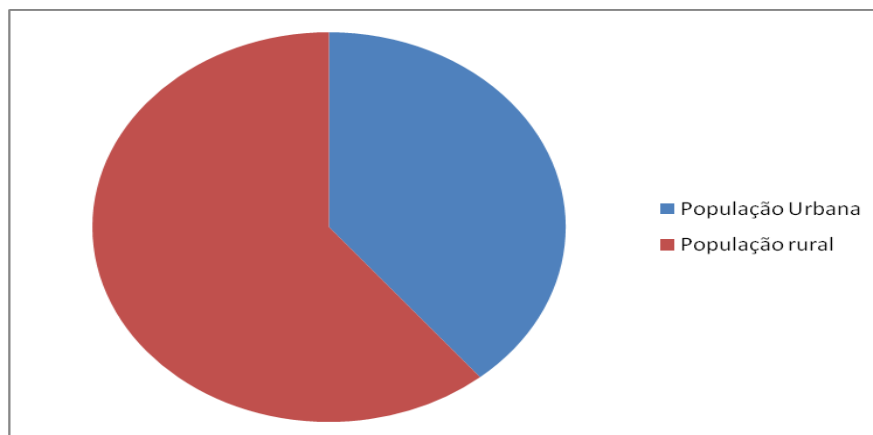


2.3 Município de Padre Bernardo

A ocupação do território municipal de Padre Bernardo teve início no século passado, com o estabelecimento das primeiras fazendas de criação de gado as margens do Rio Maranhão, onde se localizam pastagens de boa qualidade. A função religiosa foi a mais importante na instalação e crescimento do povoado, pois a partir de 1933, romeiros provenientes da região do Vão dos Angicos, em Luziânia, se dirigiam todos os anos, durante o mês de julho, para rezarem numa capela, que foi erguida por fazendeiros locais. Com o surgimento de casas em torno da capela, os fazendeiros começaram a lotear partes do vale, com o intuito de construir uma cidade. Em 1951, foi fundado o Arraial Barro Alto do vão dos Angicos. O povoado passou a denominar-se Padre Bernardo, em homenagem a um padre de Luziânia que sempre aparecia na região para realizar casamentos e batizados e foi oficializado por lei apenas em 22 de novembro de 1955.

A partir de 1957, houve uma expansão do núcleo urbano por conta do senhor José Monteiro Lima, que dividiu sua fazenda em sítios e lotes, doando a famílias sem recursos e vendendo para aqueles que desejavam se fixar na região. Em 1963, Padre Bernardo foi elevado à categoria de município, através da Lei Estadual nº 4797, constituindo-se termo judiciário da Comarca de Luziânia. Através de plebiscito, realizado em março de 1980 e homologado em maio do mesmo ano pelo Diário Oficial do Estado, foi incorporado ao município de Padre Bernardo o distrito de Mimoso, que pertencia ao município de Niquelândia. Mais tarde, o distrito foi a município. No período atual, de decorrência da expansão local, agravaram-se os problemas relacionados à prestação de serviços, notadamente: educação e saúde. Gentílico: padre-bernardense

Segundo dados do IBGE (2010), o Município de **Padre Bernardo** (GO), que possui área territorial de **3.138,860** (Km²) e densidade demográfica de **8,82** (hab/km²), conta com uma população de **27.689** habitantes em 2010. Desse total, **10.794** habitantes pertencem às áreas urbanas e **16.895** habitantes, às áreas rurais, como se pode verificar no **Gráfico 6**.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2011).

Gráfico 7: População urbana e rural

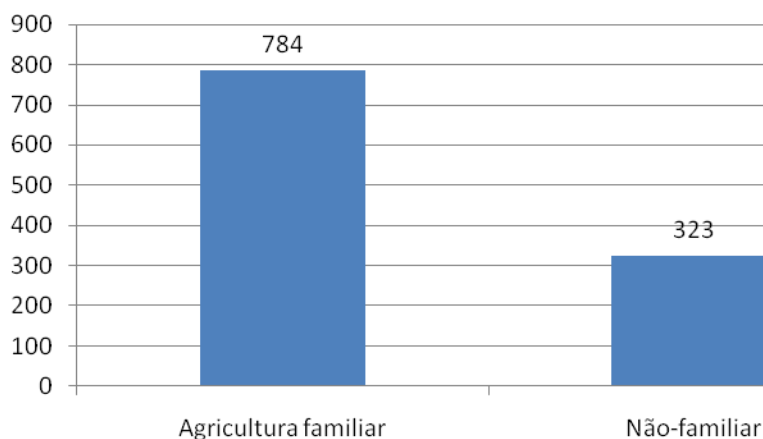
EDUCAÇÃO

TABELA 11: Pessoas não alfabetizadas (pessoas 10 anos ou mais de idade)

DOMICÍLIO	PERCENTUAL (%)
RURAL	12,8 %
URBANA	12,6 %
TOTAL	12,7 %

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).

Na população rural, segundo dados do IBGE de 2006, há **784** estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, totalizando uma área de **17.533** (ha), e **323** estabelecimentos não-familiares, totalizando uma área de **191.565** (ha). Como ilustrado no **Gráfico 8**.



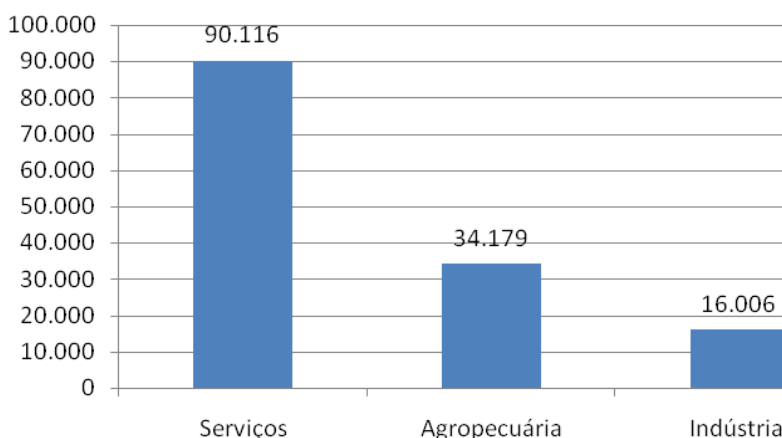
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2006).

Gráfico 8: agricultura familiar e não-familiar



O Município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de **0,705**; o IDH educação de **0,795**; Longevidade de **0,696**; e o de Renda de **0,623**. Em relação à matrícula em estabelecimentos escolares, segundo dados do IBGE em 2009, no ensino fundamental, houve **5.718** matrículas e **1.060**, no ensino médio.

Conforme a proporção apresentada no **Gráfico 9**, na composição do PIB do Município, os serviços participam com 90.116; a agropecuária com 34.179; e a indústria com 16.006.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).

Gráfico 9: produto interno bruto (valor adicionado)

PECUÁRIA

TABELA 12 : Pecuária

TIPO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	125.000
Galos, frangas, frangos e pintos	51.300
Galinhas	25.300
Suínos	9.000
Ovinos	7.400
Eqüinos	7.000
Caprinos	1.100
Muare	600
Asininos	75
Bubalinos	45

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).



LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

TABELA 13 : Valor bruto da produção da lavoura permanente

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Banana	731
Limão	90
Coco-da-baía	63
Laranja	38

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).

TABELA 14: Valor bruto da produção da lavoura temporária

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Soja	24.419
Mandioca	3.833
Milho	2.413
Feijão	718
Cana-de-açúcar	473
Arroz	351
Sorgo	158

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).

MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE

TABELA 15 : Mapa de pobreza e desigualdade

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI
Padre Bernardo	0,42
Goiás	0,45

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Padre Bernardo/GO. (2011).

A pecuária movimenta a economia de Padre Bernardo. Na agricultura, o forte é o cultivo de soja e milho. O comércio local, como restaurantes, bares, lojas de roupas e calçados, bancos, supermercados, entre outros, é pequeno e atende às necessidades básicas da população. As indústrias que merecem destaque na região são as de cerâmica, os laticínios e as confecções.



2.4 Município de Planaltina de Goiás

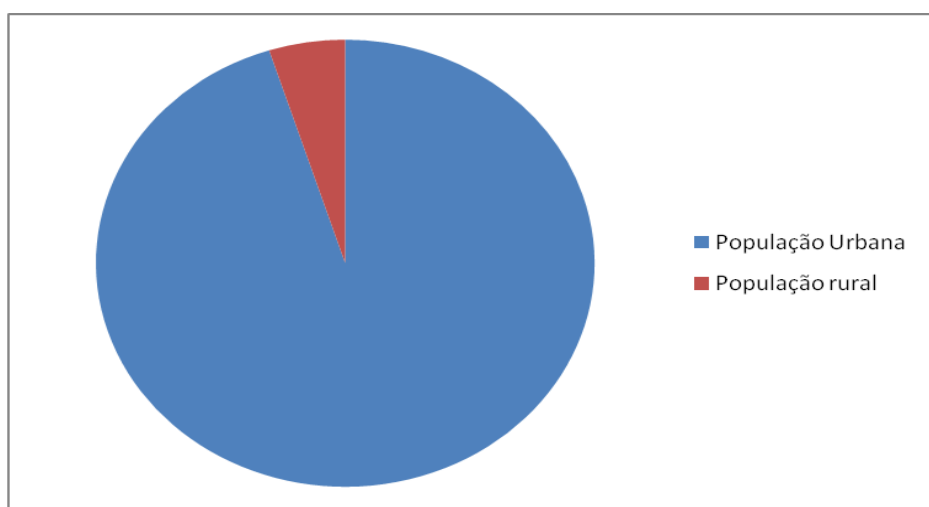
A primeira penetração no território do Município data do início do século XIX. Proveniente de Flores, a legendária vila do Baixo-Paraná, chegou a estas terras uma família – os Gomes Rabello, que estabeleceu residência aqui. Construíram os desbravadores suas residências nas proximidades de uma lagoa (Bonita ou Mestre D’Armas), de onde lhes veio a alcunha de “Lagoeiros”. Simultaneamente ou um pouco após o estabelecimento dos Gomes Rabello, fixou-se, a 4 quilômetros deles, um ótimo ferreiro – perito no concerto de armas – o qual era julgado mestre em sua profissão. Dele provém o nome que tomou o local depois vila de Mestre D’ Armas.

Um dos lagoeiros – José Gomes Rabello – erigiu nas suas propriedades da lagoa, uma capela sob a invocação de S. Sebastião, doando ao padroeiro o patrimônio hoje ocupado pelo Patrimônio Municipal. Os Lagoeiros edificaram suas casas, cercaram pastagens e transformaram o local em verdadeiras herdades frutíferas. Porém, não desenvolveram as construções a ponto de constituir um povoado. Enquanto isto, uma ou outra casinha rústica, era levantada formando o povoado de Mestre D’Armas. É difícil dizer-se precisamente a fundação do povoado dado seu aparecimento muito natural, entretanto possuem-se referências segundo as quais em 1812 já havia um cemitério em Mestre D’Armas. O território municipal pertenceu ao Município de Sta. Luzia até 1886, quando passou a pertencer ao de Formosa. Foi separado em município autônomo a 28 de fevereiro de 1892. Mestre D’Armas foi elevado à categoria de vila em 19 de março de 1891. Em 1910 teve sua denominação mudada para Altamir e finalmente em 1917 para Planaltina.

Localizado a cerca de 20 quilômetros da cidade-satélite do mesmo nome, o município de Planaltina, apesar de ser relativamente novo, tem uma história que se confunde com a de Brasília e inúmeros problemas sociais em consequência do excesso populacional e da falta de critérios na sua ocupação. Com a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Goiás, parte do município goiano de Planaltina, que já existia há 100 anos, ficou fora do quadrilátero estabelecido para o Distrito Federal.



Segundo dados do IBGE (2011), o Município de **Planaltina** (GO), que possui área territorial de **2.538,196** (Km²) e densidade demográfica de **32,17** (hab/km²), incluindo o distrito de **Córrego Rico**, conta com uma população de **81.612** habitantes em 2010. Desse total, **77.583** habitantes pertencem às áreas urbanas e **4.029** habitantes, às áreas rurais, como se pode verificar no **Gráfico 10**.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2011).

Gráfico 10: População urbana e rural

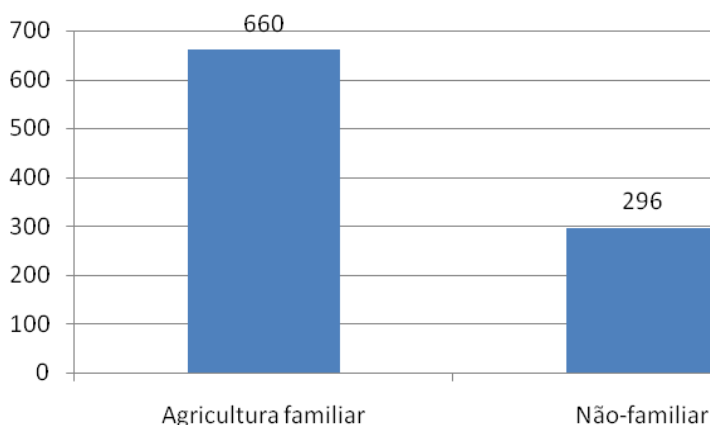
EDUCAÇÃO

TABELA 16: Pessoas não alfabetizadas (pessoas 10 anos ou mais de idade)

DOMICÍLIO	PERCENTUAL (%)
RURAL	17,2 %
URBANA	8,7 %
TOTAL	9,1 %

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Planaltina de Goiás (2011).

Na população rural, segundo dados do IBGE de 2006, há **660** estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, totalizando uma área de **19.436** (ha), e **296** estabelecimentos não-familiares, totalizando uma área de **114.597** (ha). Como ilustrado no **Gráfico 11**.

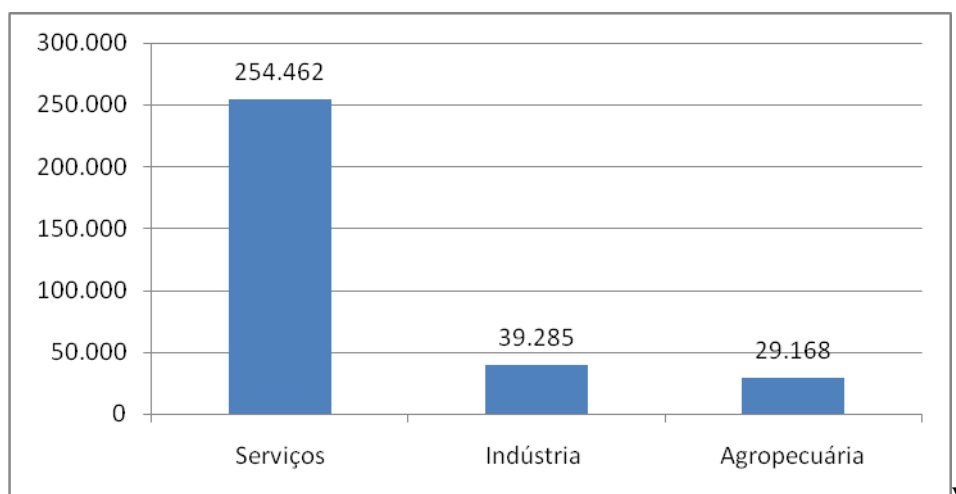


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2006).

Gráfico 11 : Agricultura familiar e não-familiar

A economia é baseada em agricultura de milho, mandioca e frutas cítricas, criação de gado, serviços, administração pública e pequenas indústrias. Em 2007 existiam 02 instituições financeiras. O Município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de **0,723**; o IDH educação de **0,82**; Longevidade de **0,729**; e o de Renda de **0,619**. Em relação à matrícula em estabelecimentos escolares, segundo dados do IBGE em 2009, no ensino fundamental, houve **17.142** matrículas e **3.648**, no ensino médio.

Conforme a proporção apresentada no **Gráfico 12**, na composição do PIB do Município, a agricultura participa com **5,14%**; a indústria com **13,06%**; os impostos com **5,33%**; e os serviços com **76,47%** do PIB, que chega a **341.635** mil reais a preços correntes; o PIB per capita chega a **4.315,64** reais a preços correntes.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Planaltina de Goiás (2011).

Gráfico 12: Produto interno bruto (valor adicionado)



PECUÁRIA

TABELA 17: Pecuária

TIPO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Galinhas	273.831
Bovinos	75.650
Galos, frangas, frangos e pintos	60.590
Suínos	4.070
Eqüinos	3.220
Ovinos	1.450
Caprinos	340
Muares	280
Asininos	30

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Planaltina de Goiás (2011).

LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

TABELA 18: Valor bruto da produção da lavoura permanente

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Banana	544
Laranja	252
Café	197
Tangerina	176
Limão	36

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Planaltina de Goiás (2011).

TABELA 19: Valor bruto da produção da lavoura temporária

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Soja	17.739
Milho	8.640
Feijão	4.320
Mandioca	693
Arroz	248
Sorgo	57
Cana-de-açúcar	54

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Planaltina de Goiás (2011).

MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE

TABELA 20: Mapa de pobreza e desigualdade

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI
Padre Bernardo	0,42
Goiás	0,45



2.5 Município de Unai

A história de Unai encontra-se fortemente vinculada à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, bem como ao desenvolvimento de Paracatu. A área teve seu povoamento efetivo a partir do século XVIII, ainda que o território hoje ocupado por Paracatu já tivesse sido identificado pelos portugueses desde os primórdios da ocupação de sua colônia na América.

Ainda no século XVI, aí aportaram as expedições chefiadas por Domingos Luís Grou (1586-7), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596) e Domingos Fernandes (1599). No século seguinte, registra-se a passagem das bandeiras de conquista e apresamento de indígenas de Nicolau Barreto (1602-4) e de Lourenço Castanho Taques, o Velho (1670), que atingiu terras do atual município de Unai. Em homenagem a ele, as montanhas situadas ao norte da localidade analisada recebem a denominação de Serra do Castanho.

Quatro diferentes caminhos que conduziam aos sertões de Goiás se encontravam no atual território paracatuense e daí, seguiam como uma só estrada: o denominado de Picada de Goiás, o de Pitangui ao citado Estado, o que passava por São Romão e o que permitia atravessar o Rio São Francisco, perto da barra do Abaeté. No local onde se reuniam, formou-se inicialmente um pequeno núcleo populacional, com algumas casas que forneciam abrigo e alimentação aos viajantes, em época anterior à descoberta das minas na região.

O bandeirante Felisberto Caldeira Brant e seus irmãos teriam dado a notícia do achado das riquezas auríferas dos sertões do Paracatu ao então governador das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, em 24 de junho de 1744. Em seguida, foram distribuídas diversas sesmarias na área, para povoamento e, segundo se dizia à época, para defesa daquelas terras contra o gentio bravo. Assim, surgiram fazendas de criação de gado, cuja atividade abastecia as partes do território onde se explorava o ouro.

O arraial de Paracatu foi elevado a Vila de Paracatu do Príncipe em 20 de outubro de 1798, dependente da Comarca do Rio das Velhas. Sua própria comarca foi criada em 1815, passando a localidade à categoria de cidade em 1840.

Já no século XIX, o fazendeiro Domingos Pinto Brochado teria chegado a uma área então pertencente a Paracatu, aí se instalando com familiares, outros parentes e escravos. Com eles estava o padre Antão José da Rocha. Outras famílias, como a de Rodrigues Barbosa e a de Clemente José Souto também se estabeleceram nas imediações, surgindo um povoado



perto do Rio Preto (chamado Capim Branco), que mais tarde daria origem à atual sede municipal de Unaí. Pela Lei Provincial nº 1. 993, de 1873, esse povoado foi elevado à categoria de distrito, sob a denominação de Rio Preto. Tal elevação foi confirmada em 1891, pro meio da Lei Estadual nº. 2, de 14 de setembro. Em 1879 implantou-se a primeira igreja, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se também que o primeiro estabelecimento de ensino foi a atual Escola Estadual Domingos Pinto Brochado, que teve Teófilo Martins Ferreira como primeiro professor e Maria Torres como diretora.

De acordo com o historiador Olympio Gonzaga, em 1910 o município de Paracatu contava com 51 227 km² e uma população de 60 000 pessoas, compondo-se dos distritos de Água Fria, Alegres, Buritis, Cana Brava, Catinga, Formoso, Guarda-Mor, Lajes, Morrinhos (atual Arinos) e Rio Preto (hoje Unaí), além do distrito-sede.

A Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, alterou o nome do distrito de Rio Preto para Unaí (topônimo de origem indígena, que significa Águas Escuras), passando então o povoado, antes Capim Branco, a receber o nome do rio que banha a área.

O distrito de Unaí se emancipou em 31 de dezembro de 1943, por meio da Lei Estadual nº 1058, compondo-se seu território dos distritos sede, Fróis, Garapuava (antes pertencentes a Paracatu), Buritis e Serra Bonita (desmembrados de São Romão).

No Recenseamento de 1950, do IBGE, os distritos de Unaí eram os mesmos, contando com uma população total de 28860 habitantes, dos quais mais de 92% moravam na zona rural. No distrito sede residiam apenas 868 pessoas. Em 1953, todos os distritos de Paracatu já se haviam emancipado, restando apenas o da sede.

A região Noroeste de Minas permaneceu praticamente com as mesmas características que herdara do Período Colonial até os anos 1950. Como fatores que contribuíram para que o referido cenário fosse modificado destacam-se a construção da barragem de Três Marias e a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central do País, com o objetivo de promover a interiorização do desenvolvimento, então concentrado no litoral.

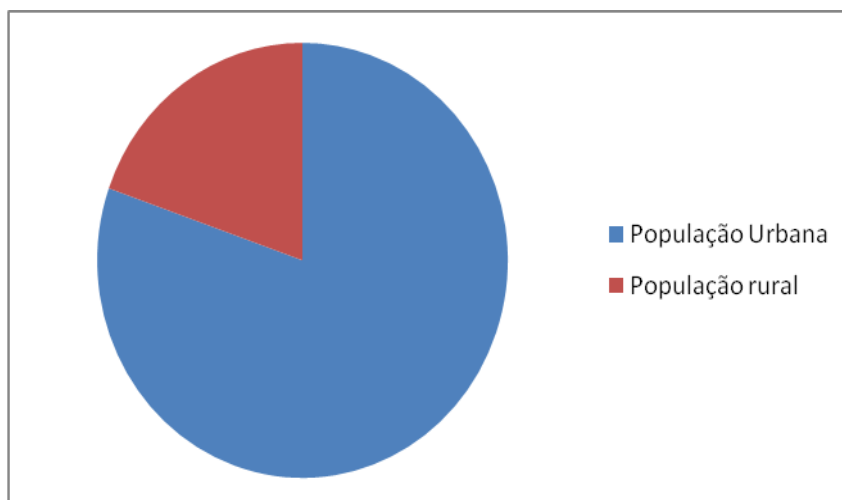
Até o final daquela década, a vasta área que constitui o citado Planalto era um grande vazio demográfico e econômico, tendo toda a Região Centro-Oeste (incluindo Rondônia) apenas cerca de 3 100 000 habitantes, segundo o Censo de 1960, do IBGE. Como atividade econômica, destacava-se a pecuária extensiva (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 1998:2).



Após a inauguração de Brasília (1960), acelerou-se o processo de ocupação da área, com expansão da fronteira agrícola. Como resultado, passaram a ser melhor aproveitados os terrenos planos do cerrado, devido aos recursos de solo que apresentavam, desde que devidamente corrigidos. Neles foi sendo introduzida uma agricultura de tipo empresarial, intensiva em mecanização e insumos, voltada em especial para a produção de grãos (hoje com destaque para soja, arroz, milho, feijão e café). A incorporação dessas novas terras agrícolas foi apoiada e facilitada pela implantação de rodovias (como a BR-040), que interligavam Brasília com o restante do País.

Para alavancar tal processo de ocupação produtiva, implantaram-se projetos de aproveitamento e colonização do cerrado, realçando o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER, o PLANOROESTE – I e II e o POLOCENTRO. Um programa que priorizou os municípios de Paracatu e Unai, a partir de 1981, foi o da Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO, por meio de acordo entre o Brasil e o Japão. Em decorrência deles, verificou-se forte fluxo migratório em direção à área, entre 1970 e 1980, formado majoritariamente por pessoas vindas do sul do País. Apesar disso, no período 1980/91, o Noroeste de Minas mostrou crescimento demográfico mais baixo que o da média estadual (0,8% ao ano, contra 1,6% para o Estado). Segundo o Censo de 1991, do IBGE, a população da região correspondia somente a 1,9% dos residentes mineiros, com uma densidade demográfica de 4,8 habitantes por km² (enquanto a média do Estado era de 27,0 hab./km²).

Segundo dados do IBGE (2010), o Município de **Unai** (MG), que possui área territorial de **8.447,098** (Km²) e densidade demográfica de **9,18** (hab/Km²). Incluindo os distritos **Palmerinha** e **Santo Antônio do Boqueirão**, conta com uma população de **77.565** habitantes em 2010. Desse total, **62.329** habitantes pertencem à áreas urbanas e **15.236** habitantes, à áreas rurais, como se pode verificar no **Gráfico 13**.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2011).

Gráfico 13: População urbana e rural

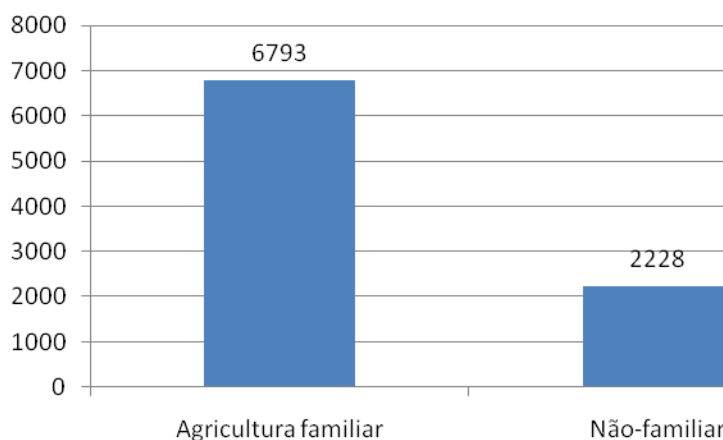
EDUCAÇÃO

TABELA 21: Pessoas não alfabetizadas (pessoas 10 anos ou mais de idade)

DOMICÍLIO	PERCENTUAL (%)
RURAL	30,8 %
URBANA	18,6 %
TOTAL	19,6 %

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).

Dentro da população rural, segundo dados do IBGE de 2006, há **6.793** estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, totalizando uma área de **303.929** (ha), e **2.228** estabelecimentos não-familiares, totalizando uma área de **1.388.947** (ha). Como ilustrado no **Gráfico 14**.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE (2006).

Gráfico 14: Agricultura familiar e não-familiar



O Município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal e **0,812**; o IDH educação de **0,86**; Longevidade de **0,829**; e o de Renda de **0,748**. Em relação à matrícula em estabelecimentos escolares, segundo dados do IBGE em 2009, no ensino fundamental, houve **12.351** matrículas e **4.194**, no ensino médio.

Conforme a proporção apresentada no **Gráfico 15**, na composição do PIB do Município, os serviços participam com 570.497; a agropecuária com 512.309; e a indústria com 165.226.

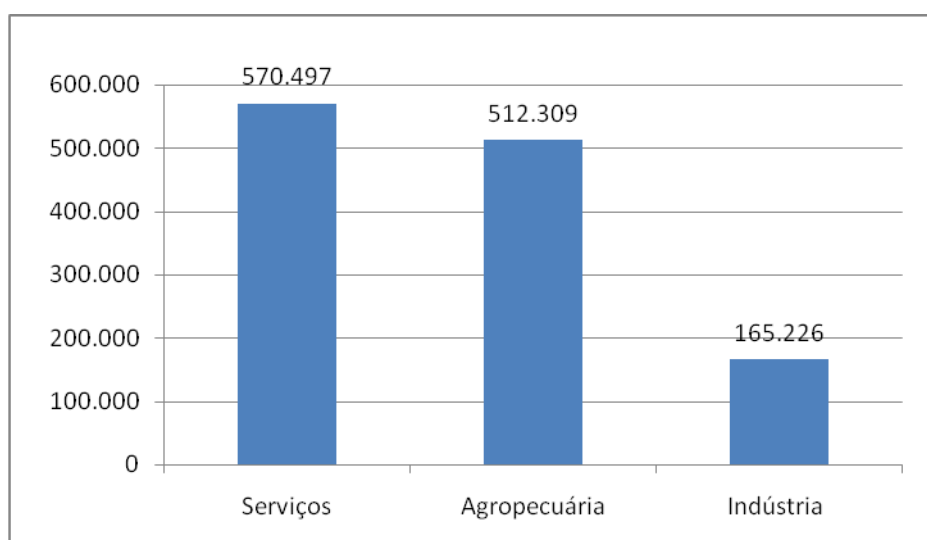


Gráfico 15: Produto Interno Bruto (valor adicionado)

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).

PECUÁRIA

TABELA 22: Pecuária

TIPO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	339.750
Galos, frangas, frangos e pintos	150.000
Galinhas	40.000
Suínos	22.500
Eqüinos	9.500
Ovinos	3.200
Muare	290
Caprinos	250
Asininos	80

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).



LAVOURA PERMANENTE E TEMPORÁRIA

TABELA 23: Valor bruto da produção da lavoura permanente

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Café	17.894
Banana	1.575
Laranja	800
Borracha	128
Mamão	101
Maracujá	38
Limão	6

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).

TABELA 24: Valor bruto da produção da lavoura temporária

TIPO DE CULTURA	EM MIL R\$
Soja	209.088
Feijão	156.560
Milho	118.600
Trigo	12.869
Sorgo	10.800
Algodão herbáceo	9.067
Cana-de-açúcar	960
Mandioca	700
Tomate	300
Arroz	288
Melancia	30

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).

MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE

TABELA 25 : Mapa de pobreza e desigualdade

UNIDADE GEOGRÁFICA	ÍNDICE DE GINI
Unai	0,41
Minas Gerais	0,46

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE. Município de Unai (2011).

Unai tem sua economia calcada desde o início de sua emancipação política na agricultura e pecuária, sendo um dos maiores produtores de grãos do Brasil tendo destaque ora como maior de feijão, ora como maior produtor de milho, além de um grande volume de soja, arroz, sorgo, trigo e dentre outras culturas. É também um município com grandes áreas destinadas a plantação de hortifrutais. Na pecuária possui uma granjas que fornecem frangos na cidade de Unai e região. Já na pecuária o destaque vem tanto para o gado de corte quanto leiteiro. No que diz respeito ao gado de corte a região de Unai conta com inúmeras propriedades rurais que se dedicam à criação de gados, tendo sua produção comercializada tanto nos mercados interno e externo. Já com relação à pecuária leiteira, o destaque vem para



a o manejo e criação de gado leiteiro, o que faz da cidade a terceira maior bacia leiteira do Brasil, seguido de Castro-PR (1º lugar) e Gaxupé-MG (2º lugar). No estado de Minas Gerais é o 2º maior produto de leite.



3. IDENTIDADE TERRITORIAL E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

A agricultura familiar, os recursos naturais e as atividades econômicas da região figuram como os fatores mais importantes para a definição dos limites do Território das Águas Emendadas (**Tabela 26**). São os fatores que apresentam também o menor desvio padrão, revelando uma maior concentração em torno desta média da escala. A pobreza e os problemas sociais aparecem depois dos movimentos sociais e políticos. De fato, nos cinco municípios onde foi desenvolvida a pesquisa, há uma forte presença da agricultura familiar e a produção agropecuária responde por uma participação importante do PIB do município. Apesar de ser uma região de fronteira, os processos de colonização e de ocupação não figuram entre os mais significativos para a definição dos limites do território.

Tabela 26: Grau de importância dos fatores para definição dos limites do território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	4,42	1
A agricultura familiar	4,6	0,87
As atividades econômicas da região	4,4	0,86
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	3,7	1,33
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,7	1,5
Os processos de colonização/ocupação	3,25	1,5
Os movimentos sociais e/ou políticos	4	1,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante". O tamanho da amostra foi de 74 respondentes.

De forma coerente com os fatores mais importantes para definição do território, as organizações cuja atuação é considerada mais importante para o território são aquelas ligadas aos agricultores familiares, as organizações sociais e comunitárias e aos produtores rurais, como pode ser visto pela **Tabela 27**.



Tabela 27: Grau de importância da atuação de organizações na gestão dos territórios (média aritmética das respostas).

Tipo de Organização	Média*	Desvio padrão*
Organizações de agricultores familiares	4,54	0,85
Organizações de produtores	4,12	1
Organizações sociais e comunitárias	4,2	0,9
Organizações de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,65	1,6
Movimentos sociais e/ou políticos	3,73	1,17
Organizações Públicas	3,3	1,3

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".

A agricultura familiar é considerada o fator mais importante para o futuro do Território das Águas Emendadas pelos respondentes, seguido dos recursos naturais, considerado mais importante do que as atividades econômicas da região. Na sequência, o fator mais importante está relacionado com a pobreza e os problemas sociais, como pode ser visto pela **Tabela 28**. Os processos de colonização e ocupação figuram em grau de importância menor do que os movimentos sociais e políticos. Isso é um dado que pode revelar uma percepção de estabilização dos processos migratórios para este território.

Tabela 28: Grau de importância dos fatores para o futuro do território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	4,59	0,863
A agricultura familiar	4,7	0,697
As atividades econômicas da região	4,38	0,871
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	4,2	1,12
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,86	1,6
Os processos de colonização/ocupação	3,7	1,47
Os movimentos sociais e/ou políticos	3,89	1,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".

Na definição dos objetivos e metas de desenvolvimento do território, a agricultura familiar é também considerada o fator mais importante para o futuro do Território das Águas Emendadas pelos respondentes, seguido dos recursos naturais, considerado um pouco mais



importante do que as atividades econômicas da região (**Tabela 29**). Novamente, os movimentos sociais vêm em quarto lugar, seguidos da pobreza e demais problemas sociais.

Tabela 29: Grau de importância dos fatores para a definição dos objetivos e metas de desenvolvimento propostos pelo território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	4,2	1
A agricultura familiar	4,6	0,86
As atividades econômicas da região	4,16	0,94
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	3,63	1,4
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,58	1,47
Os processos de colonização/ocupação	3,49	1,38
Os movimentos sociais e/ou políticos	3,77	1,26

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".

As **Tabelas 30** e **31** repetem a mesma ordem de importância para os fatores na definição das características do território e na história comum do território. A existência de povos e/ou comunidades tradicionais não figura entre os fatores de maior importância. Por outro lado, as atividades econômicas do território possuem baixo grau de especificidade. Diferentemente de outros territórios, não há uma atividade econômica comum que possa ser um elemento diferenciador e agregador do território.

Tabela 30: Grau de importância dos fatores na definição das características marcantes do território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	4,2	1
A agricultura familiar	4,58	0,86
As atividades econômicas da região	4,16	0,4
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	3,63	1,4
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,58	1,47
Os processos de colonização/ocupação	3,49	1,4
Os movimentos sociais e/ou políticos	3,77	1,26

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".



Tabela 31: Grau de importância dos fatores na definição da história comum do território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	4	1
A agricultura familiar	4,69	0,6
As atividades econômicas da região	4,15	0,9
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	3,72	1,1
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,49	1,48
Os processos de colonização/ocupação	3,7	1,3
Os movimentos sociais e/ou políticos	4	1,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".

Como mostra a **Tabela 32**, os principais conflitos do Território das Águas Emendadas também ocorrem em função daqueles que são considerados os fatores mais importantes em outras dimensões, com a agricultura familiar seguida das atividades econômicas e dos recursos naturais.

Tabela 32: Grau de importância dos fatores dos principais conflitos existentes no território (média aritmética das respostas).

Tipo de Fator	Média*	Desvio padrão*
Recursos naturais (ecossistemas, biomas, fenômenos naturais e respectivas extensões geográficas)	3,75	1,2
A agricultura familiar	4,36	1
As atividades econômicas da região	3,9	1
A pobreza, a marginalidade ou os problemas sociais	3,4	1,3
A existência de povos e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc)	2,4	1,3
Os processos de colonização/ocupação	3,4	1,3
Os movimentos sociais e/ou políticos	3,7	1,3

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de '1' "Nenhuma importância" a '5' "Muito Importante".

Nas **Tabelas 33** e **34**, percebe-se que os conselhos vinculados ao desenvolvimento rural, meio ambiente e segurança alimentar são os mais presentes. No entanto, vale ressaltar que dois municípios não possuem tais conselhos. O nível de controle está bastante indefinido em função de uma distribuição igual nas categorias de resposta. De um modo geral, os municípios possuem uma séria dificuldade em conseguir pessoas que participem dos



conselhos. Isso faz com que as mesmas pessoas ou aquelas indicadas pelo prefeito e seus aliados sejam os que participem.

Tabela 33: Conselhos em operação nos municípios do Território das Águas Emendadas (frequência absoluta).

Tipo de Conselho	Sim	Não
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	6	2
Conselho de Meio Ambiente	6	2
Conselho de Segurança Alimentar	6	2
Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	2	6
Conselho de Saúde	5	3
Conselho da Criança e do Adolescente	4	4
Outros	6	2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Tabela 34: Nível de controle dos Conselhos Municipais na aplicação de investimentos públicos (frequência absoluta).

Nível de controle	Frequência
Não há controle	2
Há pouco controle	2
Intermediário	2
Há controle	2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Coerentemente com os fatores apontados como de maior importância, as organizações que mais atuam nos municípios do território são as associações de agricultores familiares seguidas de sindicatos (vinculados ao meio rural). Merece destaque a atuação de associações de assentados de reforma agrária em cinco dos oito municípios. Vale lembrar que o atual presidente do Colegiado é vinculado a uma associação de assentados de reforma agrária. As organizações mais específicas como grupos de mulheres e de jovens estão pouco presentes. Isso contrasta com a importância conferida à organização das mulheres na produção e comercialização da agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.



Tabela 35: Organizações que atuam no Território (frequência absoluta).

Tipo de organização	Sim	Não
Associações de Agricultores Familiares	7	1
Cooperativa de produtores	5	3
Cooperativa de técnicos	--	8
Grupos de Mulheres	3	5
Grupos de Jovens	--	8
Associação de Assentados de Reforma Agrária	5	3
Movimentos sociais pela Reforma Agrária	2	6
Grupos religiosos	3	5
Sindicatos	6	2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Em termos de informações comerciais e de mercado, as prefeituras são pouco atuantes. Há uma atuação maior dos órgãos de assistência técnica. Ainda assim, em três dos oito municípios, esse tipo de organização não presta informações comerciais e de mercado.

Tabela 36: Informações comerciais e de mercado (frequência absoluta).

Tipo de organização	Sim	Não
Prefeitura	1	7
Órgãos de Assistência Técnica	5	3
Sistema de Informação Digital	3	5
Internet	3	5

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 37**, chama atenção que metade e quase metade dos municípios não utiliza meios de divulgação para as informações comerciais e de mercado.

Tabela 37: Meio de divulgação das informações comerciais e de mercado (frequência absoluta).

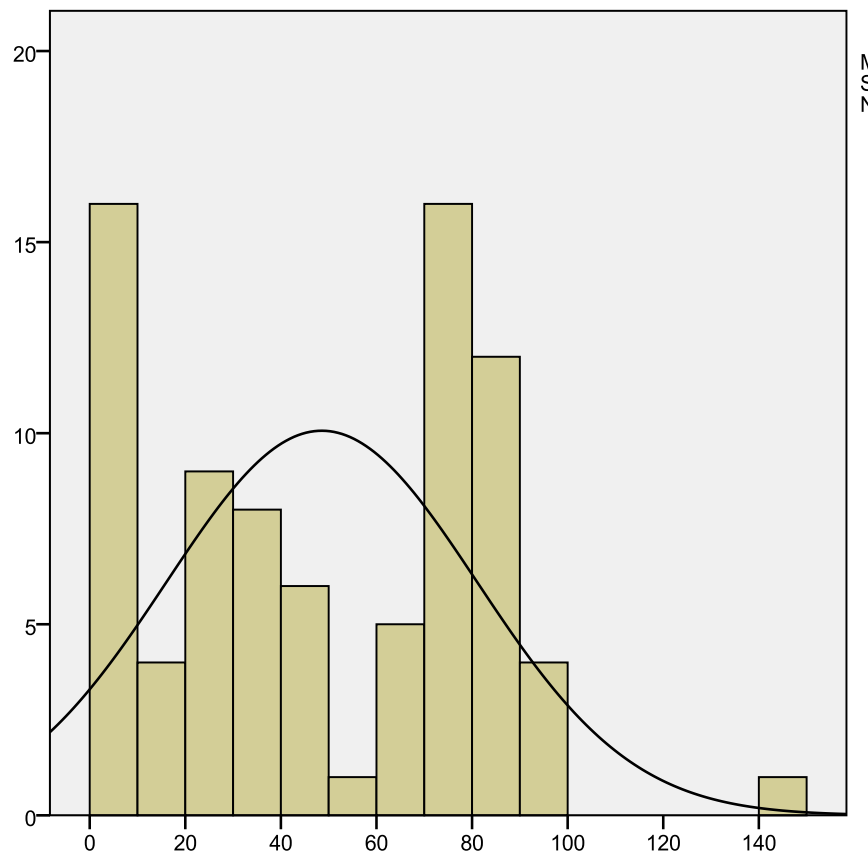
Tipo de meio	Sim	Não
Mídia de massas	2	6
Jornais, boletins e revistas	5	3
Internet (emails e sítios)	4	4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



4. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

Dos 82 entrevistados que pertencem ao colegiado do Território das Águas Emendadas, 25,6% pertence ao DF, 43,9 à Minas Gerais e 30,5 ao estado de Goiás. O tempo médio de atuação no colegiado é de 47 meses, com um desvio padrão de 31 meses. 77,8% dos entrevistados estão acima de 12 meses no colegiado. Em 68% dos casos, os membros estão no colegiado a mais de 24 meses.



Fonte:

Figura 16 – Tempo de participação no colegiado (em meses)

A maioria dos membros do colegiado são selecionados por meio de convocatória aberta para eleição. No entanto, chama atenção o elevado percentual escolhido por meio de convite pessoal, 23,2% (**Tabela 38**). Isso pode ser positivo caso resulte de um capital social que vai contribuir para o fortalecimento da ação coletiva no âmbito do colegiado. Por outro lado, pode ter consequências negativas quando estiver associado a redes sociais que ocupam



estruturas mais coletivas para mobilizarem recursos exclusivamente em função do seu auto-interesse.

Tabela 38: forma da realização da seleção e eleição dos membros do Colegiado.
(respostas múltiplas)

Tipo de organização	(%)
Convite pessoal	23,2
Convocatória aberta para eleição de representantes	54,9
Convite direto a organizações selecionadas	32,9
Solicitação voluntária de participantes	17,1
Não sabe	1,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 39**, chama atenção que 24,4% dos respondentes não consegue estimar o número de vezes que o colegiado se reuniu e que aproximadamente um quarto (29,3%) afirma que o colegiado se reuniu mais de 20 vezes. Considerando que o tempo médio de pertencimento ao colegiado é de 47 meses, isso significa que uma média de uma reunião a cada dois meses e meio considerando 20 vezes. No entanto, o percentual cumulativo de frequência até 20 vezes 46,4%. Em conversas informais e reuniões com colegiado, percebeu-se uma grande dificuldade em obter quorum para as reuniões do colegiado.

Tabela 39: Número de vezes em que o Colegiado se reuniu.

Frequência	(%)
Entre 2 e 5	12,2
Entre 6 e 10	4,9
Entre 11 e 20	29,3
Mais de 20	29,3
Não sabe	24,4
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 40** mostra que a maioria dos respondentes (53,7%) afirma que as reuniões de colegiado ocorrem a cada três meses ou mais. A categoria três a quatro meses também possui a maior frequência de respondentes (35,4%). Somando as opções mensalmente ou a cada dois meses, chega-se a 40,2% dos respondentes.



Tabela 40: Frequência das reuniões do Colegiado.

Frequência	(%)
Mensalmente	8,5
A cada dois meses	31,7
A cada três ou quatro meses	35,4
A cada cinco ou seis meses	9,8
Com intervalos superiores a seis meses	8,5
Não sabe	6,1
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 41**, observa-se que as médias mais altas para a capacidade de decisão estão nas organizações vinculadas à sociedade civil. Há destaque para associações, sindicatos, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais. De um modo geral, as médias não são altas e isso pode sinalizar problemas com o processo decisório do órgão colegiado. De acordo com o teste χ^2 , houve uma distribuição com concentração em importância mais em capacidade de decisão para os representantes de agricultores familiares, movimentos sociais, associações e sindicatos, ONGs e entidades colegiadas¹.

Tabela 41: Capacidade de decisão dos membros do Colegiado do Território.

Tipo de organização	Média aritmética*	Desvio padrão*
Representantes do governo federal	3	1,4
Representantes do governo estadual	3	1,4
Representantes do governo municipal	3,4	1,2
Representantes dos agricultores familiares	3,7	1,2
Representantes de movimentos sociais	3,7	1
Representantes de comunidades tradicionais	3	1,6
Representantes de associações e sindicatos	3,8	1,1
Representantes de organizações não-governamentais	3,5	1,2
Representantes de universidades	2,8	1,4
Representantes de entidades colegiadas	3,5	1,13

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética de '1' "Muito Baixa" a '5' "Muito Alta".

O mecanismo de comunicação mais utilizado é a internet com 67% para comunicar as ações e decisões do colegiado. Isso contrasta com o fato da maioria dos agricultores familiares (93,4% segundo a amostra do ICV) não possuírem computador em casa. Em segundo lugar,

¹ Para estes representantes o teste se mostrou significativo em 0,000 e 0,001 com valores acima de 9,49 para quatro graus de liberdade.



encontra-se a comunicação pessoal, reforçando a importância das redes sociais mais densas para a disseminação da informação.

Tabela 42: Mecanismos de comunicação utilizados para comunicar ações e decisões do colegiado à comunidade

Tipo de comunicação	(%)
Reuniões comunitárias	35,4
Mídia de massas (rádio, televisão, carro de som, etc)	--
Mídia focal	8,5
Internet	67
Comunicação pessoal	47,6
Parceiros (governo)	31,7
Parceiros (organizações da sociedade civil)	35,4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Entre os problemas que mais prejudicam o desempenho do colegiado, estão a baixa participação dos produtores, a pouca participação dos gestores públicos e a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos. Como visto anteriormente na identidade territorial, a agricultura familiar é colocada como o fator mais importante para a definição dos objetivos de desenvolvimento e para a discussão do futuro do território. No entanto, a baixa participação dos produtores, incluindo agricultores familiares, é colocado como o problema que mais afeta o desempenho do colegiado (4,3) segundo a **Tabela 43**. A baixa capacidade técnica é também um dos grandes problemas presentes nas estratégias de desenvolvimento rural. O direito à participação apenas se efetiva com um processo de empoderamento dos atores sociais. Em outros termos, é necessário o desenvolvimento de capacidades que possibilitem aos atores sociais efetivamente participarem do processo decisório e não ficarem reféns dos técnicos.

Tabela 43: Intensidade dos problemas que afetam o desempenho do Colegiado

Tipo de problema	Média aritmética	Desvio padrão
Baixa participação dos produtores	4,3	1
Baixa capacidade técnica para avaliação de projetos	3,9	1,3
O Colegiado não é escutado em outras instâncias	3,7	1,3
O Colegiado não representa os verdadeiros interesses do território	3,2	1,4
Influência política	3,8	1,3
Alta rotatividade dos membros	3,8	1,5
Pouca participação dos gestores públicos	4,1	1,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética e desvio padrão de uma escala que varia de '1' "prejudica pouco" a '5' "prejudica muito".



Na **Tabela 44**, embora a maioria (65,9%) tenha participado das oficinas de discussão para a elaboração do diagnóstico territorial, apenas um quarto participou da sua revisão (25,6%) e a metade participou na concepção e elaboração.

Tabela 44: Participação na elaboração do diagnóstico territorial (respostas múltiplas)

Tipo de participação	(%)
Participou na concepção e na elaboração	50
Participou das oficinas de discussão para a sua elaboração	65,9
Participou da revisão	25,6
Não participou	4,9
NSA e NR	9,7

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Quando se considera a participação no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (**Tabela 45**), a participação é menor. Um pouco mais da metade (52,4%) participou das oficinas de discussão para elaboração e menos da metade (35,4%) participou da concepção e elaboração. Esses percentuais devem ser considerados em relação ao tempo médio de pertencimento ao colegiado e ao fato de que 68% estão no colegiado acima de um período de 24 meses.

Tabela 45: Participação na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) (respostas múltiplas)

Tipo de participação	(%)
Participou na concepção e na elaboração	35,4
Participou das oficinas de discussão para a sua elaboração	52,4
Participou da revisão	19,5
Não participou	1,2
NSA e NR	35,4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 46** mostra que os principais temas tratados no colegiado estão relacionados com temas cruciais para o fortalecimento da agricultura familiar; os projetos de investimento, a reforma agrária, infra-estrutura e o desenvolvimento agropecuário. O tema com média de frequência mais alta é dos projetos. Isso é coerente com a própria lógica do programa que está fortemente centrada na discussão dos investimentos públicos federais realizados no território e estes ocorrem, em grande medida, baseados em projetos. Os temas de lazer, cultura e saúde são menos tratados, mesmo sendo indicadores importantes do desenvolvimento social.



Tabela 46: Frequência de temas tratados no Colegiado.

Tipo de organização	Média aritmética*	Desvio padrão*
Desenvolvimento agropecuário	3,8	1,7
Saúde	2,9	1,4
Meio Ambiente	3,5	1,4
Assuntos políticos	3,4	1,4
Segurança	3	1,9
Educação	3,4	1,5
Justiça	3,4	2,3
Infra-estrutura	4	1,5
Cultura	3	1,8
Lazer	2,8	1,9
Planejamento	3,9	1,7
Projetos	4,4	1,3
Controle Social	3,4	1,8
Cidadania e inclusão social	3,7	1,6
Gênero, raça e etnia	3,4	2
Reforma agrária	4,2	1,3

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética de '1' "Nunca é tratado" a '5' "Sempre é tratado".

Considerando a grande quantidade de temas tratados no colegiado, foi rodada uma análise fatorial para tentar agrupar os temas correlacionados entre si em algumas dimensões que ajudem a entender melhor a relação entre os temas e as dimensões do desenvolvimento. Como pode ser visto pela **Tabela 47**, foi possível identificar três dimensões para os temas tratados no colegiado. Uma dimensão relacionada com a participação e cidadania, incluindo temas de cultura, lazer além dos temas relativos à infra-estrutura e ao planejamento. Possivelmente porque o processo de planejamento seja visto como algo associado à participação e ao controle social. Foi encontrada uma dimensão mais explicitamente relacionada com as questões sociais mais essenciais como saúde, educação, segurança e meio ambiente e uma outra mais relacionada com o desenvolvimento econômico focado na produção agrícola e pecuária, associando-a com a reforma agrária. O tema projetos estar nesta dimensão é coerente com os projetos serem, em sua maioria, projetos de investimento em atividades produtivas.



Tabela 47: Dimensões dos temas de atuação do Colegiado

Temas de atuação do Colegiado	Dimensão*		
	Participação e cidadania	Desenvolvimento social	Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento agropecuário			,804
Saúde		,739	
Meio Ambiente		,709	
Assuntos políticos		,692	
Segurança		,728	
Educação		,768	
Justiça	,678		
Infra-estrutura	,799		
Cultura	,872		
Lazer	,824		
Planejamento	,852		
Projetos			,819
Controle Social	,852		
Cidadania e inclusão social	,818		
Reforma agrária			,761

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Análise fatorial dos temas tratados no colegiado de acordo com a escala de '1' "Nunca é tratado" a '5' "Sempre é tratado".

A matriz de componentes rotacionados convergiu em seis iterações com método Varimax. A teste KMO foi 0,864 e o teste de esfericidade foi significativo em 0,000. A variância explicada com as três dimensões foi de 75,5%.

O mecanismo mais utilizado para a tomada de decisões nas reuniões do colegiado foi a votação por maioria com uma frequência de 51,2% das respostas, seguido dos acordos por consenso com 19,7%. O mecanismo mais utilizado no processo decisório pode ser uma *proxy* para a qualidade do processo decisório, especialmente no que diz respeito ao papel da discussão pública dos temas do desenvolvimento e do papel do convencimento. Somadas, as categorias articulação entre grupos e cada membro defende seus próprios interesses representam 35,4% das respostas (**Tabela 48**). Mais freqüente do que o mecanismo acordos por consenso. Pode-se dizer que o aumento dos acordos por consenso ajudaria a melhorar a qualidade do processo decisório no colegiado.

Tabela 48: Frequência dos mecanismos utilizados para tomada de decisão nas reuniões do Colegiado (respostas múltiplas)

Tipo de mecanismo	(%)
Acordos por consenso	19,7
Votação por maioria	51,5
O Colegiado avalia, opina, mas não decide	6,8
Cada membro do Colegiado defende seus próprios projetos e iniciativas	10,6
Articulação entre grupos (blocos) de interesse	11,4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



Na **Tabela 49**, a ação mais desenvolvida pelo colegiado é a priorização e seleção com base em critérios (38,5%). Chama atenção que a análise de viabilidade técnica é a segunda categoria de resposta com maior frequência (27%). Isso ajuda a explicar porque a baixa capacidade técnica constitui um problema para a participação dos membros do colegiado. A terceira categoria com maior frequência de resposta foi 'não sabe' com 13,1% dos entrevistados. Uma possível ilação a partir da **Tabela 49** é que exista uma maior concentração das ações desenvolvidas pelo colegiado em membros com maior preparação e formação.

Tabela 49: Ações desenvolvidas pelo Colegiado para projetos de desenvolvimento territorial (respostas múltiplas)

Tipo de ação	(%)
Análise de viabilidade técnica	27
Avaliação interna de mérito	9,8
Priorização e seleção com base em critérios	38,5
Disponibilização de especialistas nas áreas do projeto	11,5
Não sabe	13,1

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 50** mostra que elaboração de projetos e desenvolvimento territorial são as áreas que receberam maior capacitação com 21,3% e 14,3% respectivamente. A capacitação em áreas relacionadas com planejamento estratégico, organização e monitoramento e avaliação apresentam percentuais de 10% e menos de 10%. Ainda que sejam áreas fundamentais para a governança do colegiado.

Tabela 50: Áreas em que membros do Colegiado receberam capacitação (respostas múltiplas)

Tipo de ação	(%)
Planejamento participativo	13,5
Elaboração de projetos	21,3
Organização	10,4
Elaboração de planos de desenvolvimento	13,9
Desenvolvimento territorial	14,3
Planejamento estratégico	8,7
Controle social	8,3
Monitoramento e avaliação	5,7
Gestão de Conflitos	3,9

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



5. AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS

Foram realizadas 35 entrevistas com a aplicação do instrumento de avaliação de projetos de investimento. Dentre os entrevistados, 40% são de Goiás e 60% de Minas Gerais. A categoria do entrevistado se distribuiu de maneira bastante uniforme, com aproximadamente um terço para cada tipo – executor, colegiado e beneficiário. Como pode ser pela **Tabela 51**, a categoria de resposta mais freqüente foi emenda parlamentar seguida da categoria ‘não sabe’. A demanda espontânea responde por 22,9% e a indicação em instrumentos de planejamento foi a resposta em 17,1% dos casos. O percentual de 25,7% dos casos com a afirmação de que não se aplica sinaliza que o espaço decisório dos projetos está fora da governança do próprio território (**Tabela 51**). O mesmo vale para as emendas parlamentares com o maior percentual de 28,6%. Um outro problema estrutural que esses dados refletem é a aparente ausência de um comportamento estratégico de parte dos atores. Tal comportamento estratégico suporia o uso de instrumentos de planejamento estratégico.

Tabela 51: Formas de definição do projeto

Tipo de ação	(%)
Indicado em outro instrumento de planejamento	17,1
Demanda espontânea dos beneficiários	22,9
Ofertado pela SDT MDA	2,9
Emenda Parlamentar	28,6
Não sabe	2,9
Não se aplica	25,7
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

De um modo geral, a **Tabela 52** revela uma maior dispersão em torno dos objetivos centrais dos projetos. Quando comparados com os dados sobre identidade territorial em que os recursos naturais possuem a média mais alta de importância em relação à definição dos limites do território e para o seu futuro, há um contraste com o percentual mais reduzido (8,3%) em que a recuperação ambiental é mencionada como objetivo central do projeto.

Por outro lado, o fortalecimento das cadeias produtivas é o segundo objetivo mais citado com 14% das respostas, seguindo a geração de renda como a mais citada (15,9%), conforme a **Tabela 52**. Isso é consistente com a importância conferida às atividades



econômicas para a definição, caracterização e futuro do território. Apesar destas atividades serem mencionadas de forma genérica, uma vez que o território não possui uma base produtiva comum que o caracterize, a semelhança dos Arranjos Produtivos Locais.

Tabela 52: Objetivos centrais do projeto (respostas múltiplas)

Tipo de objetivo	(%)
Redução da pobreza	9,6
Geração de renda	15,9
Fortalecimento das cadeias produtivas	14
Fortalecimento de redes sociais	8,9
Fortalecimento da gestão social	7,6
Recuperação ambiental	8,3
Desenvolvimento de novas tecnologias	8,3
Fortalecimento do cooperativismo	1,9
Fortalecimento de ações afirmativas de gênero, raça e etnia	5,1
Fortalecimento da educação no campo	8,3
Fortalecimento das capacidades locais	5,7
Fortalecimento da identidade territorial	8,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

No caso da participação do beneficiário, esta ocorreu para 68,6% dos respondentes. Para 25,6%, a resposta foi não sabe e a participação do beneficiário não ocorreu para 5,7% dos casos. Como pode ser visto pela **Tabela 53**, os percentuais de respostas para a participação dos beneficiários estão todos abaixo de 50%. Apesar da atribuição de capacidades decisórias mais altas para movimentos sociais, associações e sindicatos no âmbito do Colegiado. Também vale contrastar esse dado com o fato da comunicação e as reuniões comunitárias serem os meios de comunicação mais utilizados para comunicar as decisões do colegiado à comunidade. A dificuldade de mobilização dos beneficiários para uma maior participação nos projetos parece ser congruente com outros resultados qualitativos da pesquisa, sinalizando uma dificuldade crônica de articulação dos demais atores e a forte concentração de poder decisório nas mãos de poucos atores.

Tabela 53: Participação dos beneficiários (respostas múltiplas)

Tipo de participação	(%)
Na definição da área de intervenção	19,4%
Na definição do tipo de projeto	30,6%
Na elaboração do diagnóstico	8,1%
Na concepção do projeto	16,1%
No acompanhamento do processo de implementação	14,5%
Na gestão do projeto	11,3%
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



Na identificação dos critérios para identificação dos beneficiários dos projetos, houve a participação do Colegiado Territorial para 60% dos casos, da entidade proponente em 34,3% e de intermediação e indicação política em 5,7% dos casos. A **Tabela 54** mostra um maior percentual de respostas para a categoria ‘ser agricultor familiar’. Isso é coerente com a importância dada à agricultura familiar como ator mais relevante do Território. Os maiores percentuais que seguem são nível de renda, condição de assentado e potencial produtivo. Chama atenção que dois critérios estão quase ausentes na focalização dos beneficiários, os grupos etários e gênero. Políticas de fortalecimento produtivo destes dois grupos na agricultura familiar têm sido consideradas relevantes para o desenvolvimento rural.

Tabela 54: Critérios na identificação dos beneficiários (respostas múltiplas)

Tipo de critério	(%)
Nível da renda	19,1
Potencial produtivo	15,7
Gênero	2,2
Integração de comunidades tradicionais	4,5
Grupos etários	1,1
Participação nas instâncias colegiadas	7,9
Participação em associações/cooperativas	11,2
Assentados da reforma agrária	18
Ser agricultor familiar	20,2
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

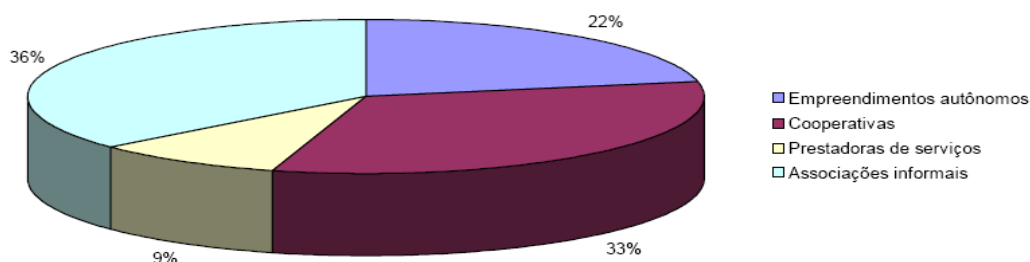


Gráfico 16: Tipos de organização apoiadas pelos projetos

O **Gráfico 16** revela que 69% das organizações apoiadas pelos projetos são associações informais e cooperativas. Isso é coerente com o perfil do público que constitui o alvo das ações do Programa Territórios da Cidadania. A existência de projetos sócio-culturais



é bastante baixa com um total de 15 respostas. Além disso, observa-se que todas as ações de diagnóstico estão abaixo de 50%, conforme **Tabela 55**.

Tabela 55: Projetos Sócio-culturais (respostas múltiplas*)

Tipo de levantamento da demanda	(%)
Estimativa da demanda social	46,7%
Levantamento das atividades sócio-culturais demandadas	20,0%
Levantamento dos equipamentos necessários para o funcionamento do projeto	6,7%
Levantamento de recursos humanos necessários para o funcionamento do projeto	26,7%
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 15

Como mostra a **Tabela 56**, os três aspectos ligados ao que se poderia chamar de construção social do território, para além dos limites físicos e administrativos, apresentam percentuais mais baixos nas respostas. É o caso dos critérios cultural, ambiental e recorte territorial de outras políticas públicas. Este último sinaliza que parece não haver sinergias entre as políticas públicas cujas demandas são parcialmente organizadas pelo Programa e as demais ações.

Tabela 56: Critérios para abrangência dos projetos no Território (respostas múltiplas*)

Tipo de critério	(%)
Político/Administrativo	26,5%
Físico/Geográfico	30,9%
Cultural	7,4%
Ambiental	8,8%
Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA	22,1%
Recorte territorial utilizado em outras políticas públicas	4,4%
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 68

A **Tabela 57** releva que os chamados aspectos intangíveis do processo de desenvolvimento rural são pouco abordados pelos projetos. Ela também sinaliza um viés economicista dos projetos com foco na produção e muito pouco para as áreas social e cultural. Cultura, esporte, saúde e educação são atividades pouco atendidas pelos projetos. Quando se considera a importância do bem estar no desenvolvimento e o papel dos equipamentos de saúde, educação e lazer para a elevação do bem estar, o escopo dos projetos do Território deve ser examinado com cautela.

Tabela 57: Atividades atendidas com a execução do projeto (respostas múltiplas*)



Tipo de critério	(%)
Produtivo	24
Educacional	6,4
Saúde	3,2
Infra-estrutura social	15,2
Infra-estrutura produtiva	18,4
Institucionais	7,2
Culturais	5,6
Esportivos e recreativos	1,6
Assistenciais	7,2
De Comunicação	3,2
De Informação	4,8
Direito e Cidadania	3,2
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* n = 125

A **Tabela 58** mostra que ao menos um dos aspectos ambientais foi considerado pelos respondentes, considerando um número de respostas de 37. Chama atenção que o maior percentual de respostas fica na categoria uso sustentável de recursos naturais do território. Um problema associado com os aspectos ambientais é que eles sofrem do efeito do *social desirability*, com respostas aceitas socialmente reduzindo sua confiabilidade.

Tabela 58: Aspectos ambientais e de desenvolvimento sustentável do território nos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de critério	(%)
Uso sustentável de recursos naturais do território	43,2
Medidas de manejo dos impactos ambientais	32,4
Gestão de custos ambientais	13,5
Oferta de serviços ambientais	10,8
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* n = 37

A **Tabela 59** revela que as ações que contribuem mais para uma capacitação e conseqüente construção de ação coletiva estão menos presentes no planejamento dos projetos das visitas técnicas, integração à redes e capacitação. Um outro aspecto que merece destaque é o acesso a crédito aparecer em apenas 4,5% das respostas.



Tabela 59: Ações utilizadas no planejamento dos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de critério	(%)
Capacitação/Formação	16,7
Levantamento de informações	33,3
Assistência técnica em produção	19,7
Assessoria em gestão	9,1
Visitas técnicas e intercâmbios	10,6
Integração à redes	6,1
Acesso a crédito	4,5
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 66

A **Tabela 60** revela fragilidade no acompanhamento financeiro do projeto. As auditorias internas estão em cerca de um terço dos casos e o controle social aparece em apenas 17,1% das respostas. A debilidade no acompanhamento possui implicações para o ciclo de planejamento do Território como um todo e isso dificulta a construção da ação coletiva no âmbito do Colegiado.

Tabela 60: Auditoria e acompanhamento financeiro do projeto (respostas múltiplas)

Tipo de auditoria	Sim (%)	Não (%)
Auditoria interna	25,7	74,3
Auditoria interna acompanhada por órgãos federais de controle	22,9	77,1
Auditoria interna acompanhada pelo colegiado territorial	40	60
Auditoria externa	5,7	94,3
Controle social	17,1	82,9

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 61** mostra que os maiores percentuais de parcerias apresenta-se na relação com as prefeituras e entidades de assistência técnica. Chama atenção que o governo do Estado e as organizações da sociedade civil aparecem em cerca de um terço dos casos. Isso dificulta uma visão territorial, prevalecendo o uma visão mais restrita ao município, especialmente quando não existe uma coordenação entre os municípios.

Tabela 61: Parcerias para implantação do projeto (respostas múltiplas*)

Tipo de parceria	Sim (%)	Não (%)
Parcerias com a Prefeitura	100	---
Parcerias com o Governo do Estado	34,3	65,7
Parcerias com Organizações da sociedade civil	34,3	65,7
Parcerias com Entidades de Assistência Técnica	51,4	48,6

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



A **Tabela 62** mostra que a maior participação do beneficiário ocorre na elaboração da proposta. Nas demais etapas, essa participação ocorre em menos de 50% dos casos.

Tabela 62: Etapas de elaboração do projeto com participação do beneficiário (respostas múltiplas*)

Tipo de participação	Sim (%)	Não (%)
Elaboram a proposta	62,9	37,1
Aprovam a proposta	34,3	65,7
Co-financiam	71,4	28,6
Avaliam o projeto	42,9	57,1
Participam com apoio técnico	42,9	57,1

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A participação do Colegiado ocorre na consulta e na avaliação da proposta, mas menos na preparação da proposta (**Tabela 63**). Agrega-se a isso as sérias dificuldades do Colegiado conseguir se reunir e o problema da pouca frequência das reuniões do colegiado.

Tabela 63: Papel do Colegiado Territorial no desenho e definição dos componentes do projeto (respostas múltiplas*)

Tipo de ação	(%)
Colegiado prepara a proposta	24,7
Colegiado é consultado	31,5
Colegiado avalia	27,4
Colegiado autoriza desembolsos	11
Colegiado co-administra o projeto	5,5
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 73

O papel das entidades públicas se concentra na elaboração da proposta com participação mais baixa no co-financiamento da proposta. O dado parece coerente com o fato de haver maior participação de entidades de assistência técnica que não possuem recursos para financiamento. Os bancos públicos estaduais parecem estar ausentes no co-financiamento destes projetos. Isso remete à necessidade de uma concertação mais clara de contrapartida dos governos estaduais para o *funding* dos projetos.



Tabela 64: Papel das entidades públicas no desenvolvimento do projeto
(respostas múltiplas*)

Tipo de ação	(%)
Elaboram a proposta	29,7
Aprovam a proposta	16,2
Co-financiam	13,5
Avaliam o projeto	20,3
Participam com apoio técnico	20,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* n = 74

A distribuição das atividades econômicas promovidas pelos projetos é bastante dispersa. O dado é coerente com a pluriatividade da agricultura familiar. Há também coerência entre os conteúdos dos projetos e as atividades mais preponderantes dos PIBs agropecuários dos municípios abrangidos pelo Território (**Tabela 65**).

Tabela 65: Atividades econômicas promovidas pelos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de atividade	(%)
Avicultura	7,3
Bovinocultura	7,9
Suinocultura	4,8
Apicultura	7,9
Ovinocaprino cultura	3,6
Pesca ou aquíicultura	7,3
Produção florestal	5,5
Beneficiamento de produtos	7,9
Artesanato	7,9
Comercialização	14,5
Turismo rural	1,2
Serviços tecnológicos	2,4
Agricultura	13,3
Biodiesel	1,2
Grãos	7,3
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* n = 165

O maior percentual de ações concentradas em temas relativos à coordenação entre os agentes das cadeias produtivas pode ser algo positivo no contexto de um território que possui dificuldades de construir ações coletivas (**Tabela 66**).



Tabela 66: Ações para o fortalecimento das cadeias produtivas (respostas múltiplas*)

Tipo de ação	(%)
Participação em acordos da cadeia produtiva	24,2
Negociação entre os fornecedores do produto	24,2
Acordos entre fornecedores e clientes	21,2
Incentivos Fiscais, Tecnológicos e/ou Institucionais	9,1
Estudos de cadeia	6,1
Vinculação de empreendimentos econômicos solidários à cadeia	6,1
Não contempla nenhuma ação	9,1
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 33

O aumento de produtividade e a diversificação produtiva são preocupações típicas da agricultura familiar, especialmente no caso de assentados de reforma agrária. Isso se mostra coerente com os maiores percentuais de respostas obtidos na **Tabela 67**.

Tabela 67: Metas do projeto para aumento de competitividade (respostas múltiplas*)

Tipo de meta	(%)
Aumento da produtividade	22,4
Redução de custos	13,8
Diversificação produtiva	15,5
Incorporação de novas técnicas	8,6
Desenvolvimento gerencial	3,4
Estratégias de mercado	13,8
Aumento de capital de giro	3,4
Acesso à crédito	12,1
Nenhuma em particular	6,9
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 58

Na **Tabela 68**, os maiores percentuais se concentram em estudos de demanda, localização e comercialização. A localização guarda relação com os projetos de instalação de unidades agroindustriais, centros de armazenagem e distribuição dos produtos. Chama atenção os percentuais mais baixos relacionados com transporte, qualidade e análise de custos que são problemas recorrentes para a gestão das propriedades rurais e para as pequenas agroindústrias.



Tabela 68: Estudos sobre os mercados dos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de estudo	(%)
Estudo de demanda	17,5
Estudo de localização	16,2
Análise de custos	8,8
Análise de preços	6,2
Qualidade do produto	6,2
Sanidade do produto	7,5
Transporte	8,8
Normas de comércio	7,5
Comercialização	16,2
Não realizou nenhum estudo	5
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 80

Os percentuais de respostas da **Tabela 69** diferem dos problemas relacionadas com o acompanhamento financeiro dos projetos. Com exceção da definição de indicadores e da sua utilização, a grande maioria dos projetos informa aos beneficiários e a sua implementação é acompanhada por eles, segundo os respondentes.

Tabela 69: Aspectos da Gestão dos Projetos

Aspecto	Sim (%)	Não (%)	Não Sabe (%)
Os beneficiários foram suficientemente informados sobre o projeto	68,6	5,7	25,7
A implementação do projeto foi acompanhada pelos beneficiários	80	2,9	17,1
O repasse da gestão, incluindo a cessão dos bens edificados, adquiridos e/ou recuperados, foi devidamente legalizado	77,1	---	22,9
Foram definidos indicadores de acompanhamento conhecidos pelos atores que participam do projeto	45,7	20	34,3
Os indicadores são utilizados periodicamente para monitorar o projeto	40	14,3	8,6

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 70** revela dificuldades com o acesso à crédito para a manutenção dos projetos. O acesso a recursos estaduais também aparece em um percentual menor. O maior percentual são recursos da prefeitura municipal, o que reforça o caráter mais local e menos territorial dos projetos. Vale comentar o número de respostas relativas à inexistência de uma ação de manutenção foi bastante mais alto, com 202 respostas.



Tabela 70: Manutenção da estrutura existente do projeto (respostas múltiplas*)

Tipo de recurso para manutenção	(%)
A partir das receitas geradas pelo empreendimento	21,1
Por intermédio de empréstimos financeiros	2,6
Por intermédio de cooperativas de crédito	2,6
Por acesso a recursos da prefeitura municipal	44,7
Por acesso a recursos estaduais	13,2
Por acesso a recursos federais	15,8
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 38

Os públicos mais frequentes são agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Os resultados são coerentes com a importância destes grupos na identidade territorial e na gestão do Território (**Tabela 71**).

Tabela 71: Públicos atendidos pelos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de público	(%)
Agricultores familiares	31,8
Assentados da reforma agrária	29
Pescadores/ribeirinhos	13,1
Mulheres	14
Jovens	12,1
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 107

A **Tabela 72** aponta limites geográficos dos projetos quanto ao acesso aos mercados. Em princípio, isso é positivo quando se pensa na construção de cadeias curtas de produção. No entanto, é importante considerar que não contribui para a identidade e atuação territorial.

Tabela 72: Acesso a mercados possibilitado pelos projetos

Tipo de mercado	Sim (%)	Não (%)
Municipal	74,3	25,7
Territorial	37,1	62,9
Estadual	8,6	91,4
Nacional	2,9	97,1
Internacional	---	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A **Tabela 73** apresenta uma maior dispersão da frequência das respostas. Os maiores percentuais estão na melhoria da infra-estrutura e no maior acesso aos mercados, ambos coerentes com problemas comuns da produção da agricultura familiar. Chama atenção que os



percentuais mais baixos estão ligadas a aspectos sociais chaves para as outras dimensões do desenvolvimento como educação e formação sócio-cultural. O item relacionado com os recursos ambientais considerados muito importante para o Território na identidade territorial aparece com 3,2%.

Tabela 73: Mudanças no Território em função dos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de mudança	(%)
Melhoria da infra-estrutura	11,3%
Aumento da produção primária	6,3%
Melhoria da qualidade do produto	6,8%
Maior acesso a mercados	7,2%
Integração da cadeia produtiva	6,8%
Redução de custos de produção	5,4%
Maior competitividade do produto	5,4%
Incremento tecnológico	3,6%
Aumento do nível de organização da comunidade	7,7%
Fortalecimento de redes	4,1%
Recuperação de passivos ambientais	4,1%
Aumento da disponibilidade de alimentos	5,9%
Aumento da participação do trabalho das mulheres na geração de renda da família	4,5%
Maior envolvimento dos jovens	3,6%
Aumento da auto-estima da comunidade	5,4%
Melhoria das habilidades/competências locais	2,3%
Maior acesso a atividades culturais	2,3%
Melhor qualidade na formação sócio-cultural	1,8%
Melhores condições de ensino para a formação escolar	1,4%
Maior número de alunos atendidos	1,4%
Melhoria da qualidade das condições ambientais	3,2%
Maior acesso a mercados	11,3%
Incremento tecnológico	6,3%
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 165

Os ganhos institucionais mais frequentes foram alianças entre atores do território e os produtores. No entanto, chama atenção que a maioria dos respondentes não identificou ganhos institucionais, com exceção das alianças entre as instituições do território e a comunidade (**Tabela 74**).

Tabela 74: Ganhos institucionais em função dos projetos

Tipo de ganho	Sim (%)	Não (%)
Produziu alianças entre as instituições do Território e a comunidade	57,2	42,9
Produziu alianças entre os diversos atores do Território	40	60
Produziu alianças entre os produtores	42,9	57,2
Produziu alianças entre instituições locais e estaduais	17,1	82,9
Permitiu a construção de acordos entre os distintos interesses	14,3	85,7

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



Na **Tabela 75**, chama atenção o pouco peso dado ao acesso ao crédito e as fontes de financiamento permanentes para a sustentabilidade dos projetos. O maior percentual conferido às lideranças locais consolidadas parece coerente com um problema estrutura de construção de ação coletiva neste território, já identificado em outros dados da pesquisa.

Tabela 75: Elementos que auxiliam a sustentabilidade dos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de elemento	(%)
Apropriação de novas tecnologias	18,9
Lideranças locais consolidadas	24,5
Definição de acordos para gestão do projeto	18,9
Acesso à crédito	7,5
Existência de plano de comercialização	15,1
Envolvimento de todos os beneficiários na gestão do projeto	11,3
Fontes de financiamento permanentes	3,8
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* n = 53

Gestão e comercialização aparecem como as principais dificuldades dos projetos segundo a **Tabela 76**. Na seqüência, aparecem as condições de transporte e o acesso à informação.

Tabela 76: Principais dificuldades dos projetos (respostas múltiplas*)

Tipo de dificuldade	(%)
Gestão	14,2
Comercialização	11,3
Desenvolvimento de tecnologia	7,5
Acesso à informação	8,5
Custo da matéria-prima	5,7
Custo dos insumos	9,4
Condições de transporte	10,4
Capacitação	6,6
Melhoria da produção	4,7
Divulgação/marketing	4,7
Capital de giro	7,5
Abandono escolar	0,9
Desinteresse da demanda social	2,8
Financiamento	5,8
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

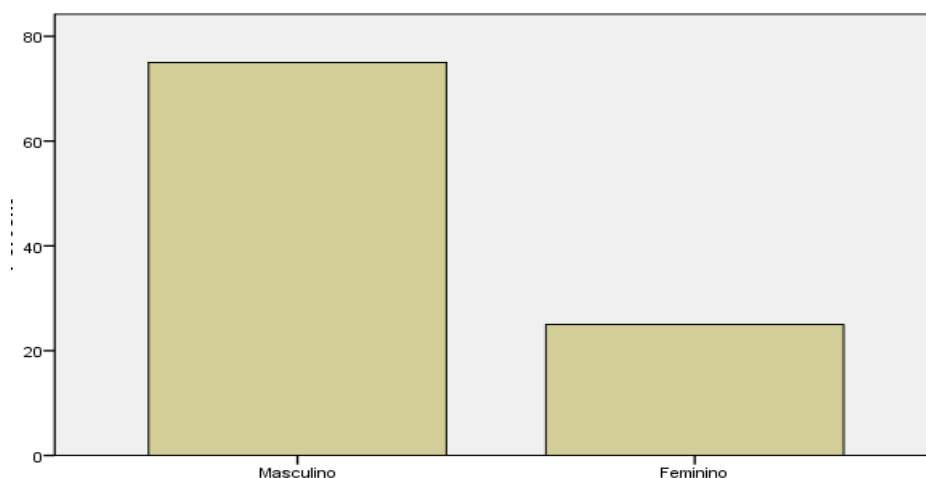
* n = 106

De um modo geral, os resultados da aplicação do questionário de avaliação de projetos são melhor entendidos quando cotejados com os resultados dos outros instrumentos.



6. ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS

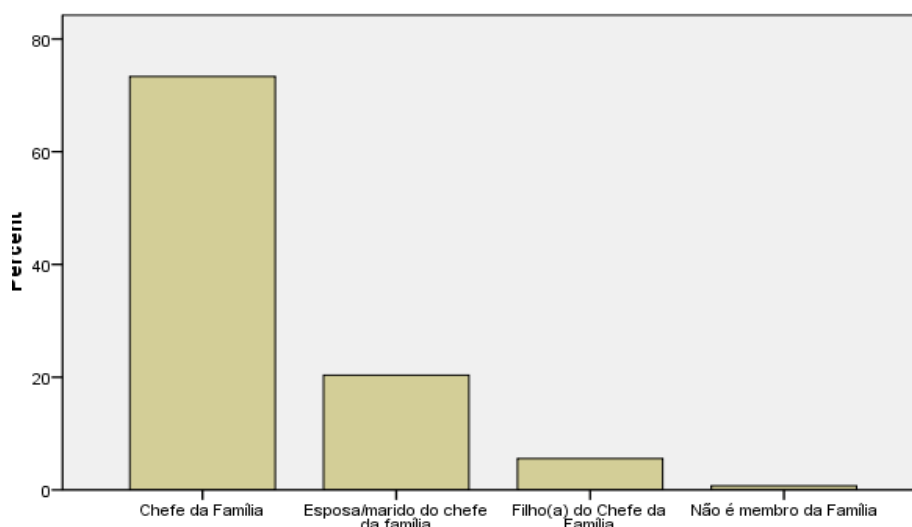
A amostra dos respondentes do ICV foi de 270. A idade média dos entrevistados é de 47 anos com um desvio padrão de 14,6 anos. A grande maioria dos entrevistados foi do sexo masculino (75%) contra 25% do sexo feminino, como mostra o **Gráfico 17**. Para 75,3% dos entrevistados, o tamanho da propriedade é menor do que quatro módulos fiscais.



Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Gráfico 17: Distribuição do sexo dos entrevistados (%)

A grande maioria dos entrevistados era o chefe de família (73,3%). A categoria esposa ou marido respondeu por 20,4% dos entrevistados conforme pode ser visto no **Gráfico 18**.



Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Gráfico 18: Distribuição da posição dos entrevistados na família



O tamanho das famílias dos entrevistados acompanha o processo de envelhecimento da população rural e a redução do tamanho das famílias na população brasileira de um modo geral. Para 60,4% dos casos, o tamanho da família é até três pessoas. Por outro lado, em 76,3% dos casos, não há pessoas trabalhando fora do estabelecimento. Isso é coerente com 74,8% dos estabelecimentos com produção e com mão-de-obra essencialmente familiar (86,5%). A renda principal da família vem da produção em 70,7% dos casos. Em 82,2% dos casos, o estabelecimento é administrado pela família e a grande maioria (78,3%) não possui até dois empregados. A **Tabela 77** mostra esses percentuais separando-os em agricultura familiar e não-familiar.

Tabela 77: Características do estabelecimento

Tipo de característica	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Existe produção no estabelecimento	77,4	78,1
O trabalho na produção é principalmente da família	94,4	62,5
A renda principal da família vem da produção	73,8	60,9
O estabelecimento é administrado pela família	85,6	71,9
Possui até dois empregados	16,9	36,5

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

De acordo com a **Tabela 78**, 40% dos agricultores familiares e 43,8% dos não-familiares possuem produção no estabelecimento apenas para consumo. Tais percentuais não parecem consistentes com a produção como principal fonte de renda, especialmente no caso da agricultura não-familiar. Também chama atenção o percentual mais baixo de 12,5% da categorias ‘somente para vender’ dos respondentes de agricultura não-familiar.

Tabela 78: Finalidade da produção no estabelecimento

Tipo de finalidade	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Somente para consumo	40,0	43,8
Somente para vender	11,3	12,5
Para consumo e para vender	48,7	43,8
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 79**, tanto a situação da renda quanto a situação da produção apresentam médias mais próximas de uma avaliação regular de parte dos respondentes. Nota-se que não há diferenças entre as médias da agricultura familiar e da agricultura não-familiar.



Tabela 79: Renda e produção na unidade familiar*

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
A situação de renda da sua família	3,1	3
Resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizada	3,2	3,2
Resultado da produção levando em conta a área utilizada	3,2	3

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
*Média aritmética entre '1' "Péssima" e '5' "Ótima".

A **Tabela 80** mostra uma diferença em favor da agricultura familiar no que diz respeito ao grau de variedade da produção. Cumulativamente, o percentual da agricultura familiar para as categorias 'mais ou menos variada', 'variada' e 'muito variada' é de 70,2% contra 60% da agricultura não-familiar.

Tabela 80: Variedade da produção

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Nada variada	4	22
Pouco variada	25,8	18
Mais ou menos variada	27,8	18
Variada	35,1	36
Muito variada	7,3	6

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

No entanto, quando se considera a variação das fontes de renda na propriedade, a agricultura não-familiar possui um percentual cumulativo entre mais ou menos variada e muito variada de 54%, um pouco acima dos 52% da agricultura familiar, como pode ser visto pela **Tabela 81**.

Tabela 81: Variação nas fontes de renda da propriedade

Grau de Variação na Fonte de Renda	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Nada variada	7,3	22
Pouco variada	40,4	24
Mais ou menos variada	16,6	20
Variada	32,5	28
Muito variada	3,3	6
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



A **Tabela 82** revela clara prevalência da atividade agrícola e pecuária como principal fonte de renda, seguida por aposentadoria e pensão. Vale destacar que o trabalho não-agrícola e o trabalho agrícola para terceiros ficam com menos de 10% das respostas (4,4% e 8,9% respectivamente).

Tabela 82: Variação nas fontes de renda da propriedade (respostas múltiplas)

Tipo de renda	(%)
Produção agrícola/pecuária/pesqueira	56,7
Trabalho agrícola para terceiros	8,9
Trabalho não-agrícola	4,4
Processamento ou beneficiamento	5,8
Aposentadoria ou pensão	21,8
Artesanato/Manufatura	2,4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

As condições de trabalho, como mostra a **Tabela 83**, estão regulares, pouco acima da mediana de 3. A moda foi a categoria regular a quantidade de pessoas e as características da mão-de-obra, com exceção da área utilizada para a produção que teve a moda 4.

Tabela 83: Condições de trabalho*

Tipo de condição	Média aritmética
A quantidade de pessoas que trabalham na família	3,4
A situação das características da mão-de-obra da família	3,3
A área utilizada para sua produção	3,5

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Média aritmética entre '1' "péssima" e '5' "ótimo".

A **Tabela 84** revela que percentuais de respostas mais altos em mais para bom para a atuação de intermediários e venda de produtos. No entanto, chama atenção que o item condições para ir até o mercado possui um percentual bastante mais alto de mais para ruim.

Tabela 84: Condições de comercialização (respostas múltiplas)

	Mais para bom (%)	Mais para ruim (%)
Atuação de intermediários/atravessadores	20,4	17,9
Condições para ir até os mercados	19,6	34,5
Condições para a compra de insumos	27,2	29
Venda de produtos	29,6	18,7

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



De forma cumulativa, para ambos os grupos, a avaliação do acesso ao mercado está regular para pior com 60,9% e 58% respectivamente, como mostra a **Tabela 85**. Isso é consistente com o problema de comercialização da agricultura familiar identificado em outras pesquisas e pela própria literatura.

Tabela 85: Situação de acesso ao mercado

Categoria de resposta	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Péssima	6,6	4,0
Ruim	19,9	28,0
Regular	34,4	26,0
Boa	32,5	38,0
Ótima	6,6	4,0

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 86**, as condições para ter crédito para a produção e as condições para receber assistência técnica apresentam os maiores percentuais de muito simples. As respostas podem ser parcialmente explicadas pelo fato dos entrevistados não apresentarem maiores problemas para acessar ao PRONAF e ao fato de que o sistema EMATER está razoavelmente bem estruturado no Distrito Federal e entorno.

Tabela 86: Acesso a crédito e assistência técnica*

	Menos de 4 Módulos (%)		Acima de 4 Módulos (%)	
As condições de participar de um programa do governo	12,6	16,6	24	14
As condições para ter crédito para a produção	23,2	1,3	24	2
As condições para receber assistência técnica na produção	27,8	0,7	16	12

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

* Percentual de respostas “Muito Simples” e “Muito Complicadas” respectivamente.

A atuação de instituições e organizações é vista de forma mais negativa uma vez que mais de 50% dos respondentes distribuem entre os postos de regular para péssimo (58,9% para os que possuem menos de quatro módulos e 80% para os que possuem acima de quatro módulos).

Tabela 87: Atuação de instituições e organizações em sua localidade

Categoria de resposta	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Péssima	11,9	36
Ruim	15,2	20
Regular	31,8	30
Boa	31,8	10
Ótima	9,3	4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)



Conforme a **Tabela 88**, a conservação da propriedade reflete uma percepção mais positiva com médias próximas de 4. No entanto, vale lembrar que a resposta para as perguntas sobre conservação de fontes de água e de preservação de vegetação nativa sofrem o efeito *social desirability*, pois há uma desconfiança de que uma resposta negativa possa ter implicações para uma fiscalização.

Tabela 88: Conservação da propriedade*

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
A conservação da(s) fonte(s) de água que abastecem o seu estabelecimento	3,8	3,9
A conservação da área de produção no estabelecimento	3,6	3,8
A preservação da vegetação nativa no estabelecimento	3,9	4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* Média aritmética entre '1' "Péssima" e '5' "Ótima".

Tabela 89: Condições de moradia

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Energia Elétrica	91,4	94
Água dentro ou próximo da casa	97,4	98
Banheiros dentro da casa	92,1	90
Fogão a gás	94	92
Geladeira	88,7	90
Telefone	60,3	84
Computador	6,6	12

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

A escolaridade da família é bastante baixa com taxas de analfabetismo maiores do que as médias nacionais, especialmente nas propriedades com menos de quatro módulos fiscais. Isso é coerente com uma avaliação mais negativa da escolaridade de parte dos respondentes.

Tabela 90: Escolaridade da unidade familiar

Item de escolaridade	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Todos os membros maiores de 15 anos da família são alfabetizados(as)	71,5	80
Todos os adultos completaram o Ensino Fundamental	27,2	40,8
Todos as crianças e adolescentes em idade escolar estão matriculados e frequentam a escola	40,4**	62*

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)
* O percentual restante foi NSA. ** O percentual de NSA foi de 47%.



Tabela 91: Situação da escolaridade

Categoria de resposta	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Péssima	4,6	4
Ruim	12,6	4
Regular	38,4	42
Boa	34,4	34
Ótima	9,9	16

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Tabela 92: Situação da família – saúde e alimentação*

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
As condições de nutrição e alimentação da família	3,95	4
As condições de saúde da família	3,7	3,6

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

*Média aritmética entre ‘1’ “Péssima” e ‘5’ “Ótima”.

A **Tabela 93** revela uma avaliação regular de parte dos respondentes em relação à melhoria da situação econômica e ambiental da família. O dado contrasta com outras pesquisas que revelam um maior otimismo em relação às melhorias nas condições de vida.

Tabela 93: Situação da família – econômica e ambiental*

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
A situação econômica da família nos últimos cinco anos	3,4	3,6
A situação ambiental do domicílio/estabelecimento nos últimos cinco anos	3,3	3,4

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

*Média aritmética entre ‘1’ “Piorou muito” e ‘5’ “Melhorou muito”.

Em relação aos demais itens, a participação política da família possui a pior avaliação, com médias que ficam mais próximas do posto ‘péssimo’ para os casos da participação política e da participação da família em atividades culturais.

Tabela 94: Participação da família*

	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Participação da família em organizações comunitárias	3	3
Participação política da família	1,8	2,6
Participação da família em atividades culturais	1,5	2,44

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

*Média aritmética entre ‘1’ “Péssima” e ‘5’ “Ótima”.



A **Tabela 95** apresenta o cálculo do ICV para o Território das Águas Emendadas. Em uma variação de 1 a 5, o índice ficou em 3,2, mais próximo de um desempenho regular. A média das médias foi bastante próxima para as três instâncias do ICV.

Tabela 95: Instâncias do Desenvolvimento Rural

Instâncias	Média das médias
Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitamentos)	3,4
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	3,2
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	3,1
ICV (Média Harmônica das Instâncias)	3,2

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

*Média aritmética entre '1' "Péssima" e '5' "Ótima".



7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO

Esta análise integrada é ainda bastante preliminar, destacando alguns aspectos que se mostraram mais relevantes nas análises dos instrumentos apresentadas. Os resultados da aplicação dos diferentes instrumentos convergem para a centralidade da agricultura familiar no Território Águas Emendadas. A agricultura familiar posta de maneira genérica parece sinalizar uma falta de comunalidades entre os municípios, pertencentes a três estados, que conformam o Território. Há um descolamento entre o território oficial e o território real. O DF e entorno possuem uma trajetória de sérios problemas de construção de coletiva. O tecido e coesão social são frágeis. Algumas das razões para isso são a ausência de tradições culturais e históricas comuns e processos políticos e sociais caracterizados pelo autoritarismo e por relações clientelistas. Tais processos foram muito marcantes no surgimento e na formação da capital federal.

O Território é também pródigo em instituições de apoio ao desenvolvimento local com a presença de uma universidade de relevância nacional, instituições de pesquisa nacionais como o caso da EMBRAPA, uma das EMATER mais equipadas e preparadas do país, uma densidade intelectual que se reflete na capital brasileira com o maior número de doutores per capita. Os recursos naturais constituem um aspecto importante das Águas Emendadas. Há terras com boa fertilidade do solo, as estações climáticas são bem definidas, a produtividade agrícola é comparativamente alta e a disponibilidade de recursos hídricos satisfatória.

No entanto, como visto antes, o papel das entidades públicas se concentra na elaboração da proposta com participação mais baixa no co-financiamento da proposta. Isso chama atenção para a necessidade de uma articulação com as instituições financeiras locais e estaduais. O GDF possui recursos financeiros, assim como o BRB, que poderiam dar suporte a linhas de financiamento a projetos de desenvolvimento territorial. Este é um desafio que se coloca para o Território Águas Emendadas. Apesar disso, chama atenção o pouco peso dado ao acesso ao crédito e as fontes de financiamento permanentes para a sustentabilidade dos projetos.

Trabalhos anteriores e dados desta pesquisa relativos à governança do colegiado e à sua atuação sinalizaram um problema de concentração de poder e pouca capacidade de



mobilização. Dessa forma, um investimento necessário seria relacionado ao empoderamento das lideranças locais e forte capacitação em associativismo.

Neste sentido, o resultado que aponta um maior percentual de ações concentradas em temas relativos à coordenação entre os agentes das cadeias produtivas pode ser algo positivo no contexto de um território que possui dificuldades de construir ações coletivas.

Um desafio que se coloca para a agricultura familiar do Território, especialmente em função da sua centralidade na definição atual e na sua visão de futuro, é o envelhecimento das unidades de produção familiar. Como mostraram os resultados, o tamanho das famílias dos entrevistados acompanha o processo de envelhecimento da população rural e a redução do tamanho das famílias na população brasileira de um modo geral. Para 60,4% dos casos, o tamanho da família é até três pessoas. Isso é reforçado por outros dois aspectos que dificultam a reprodução da unidade familiar, segundo os resultados da pesquisa. O elevado percentual que não trabalha fora do estabelecimento (76,3%) e o fato da renda principal da família vir da produção (70,7%).

Um achado que merece destaque aponta que a falta de dependência de trajetória e de uma identidade cultural mais forte pode contribuir para que o Território Águas Emendadas possa ser um laboratório de políticas públicas para a agricultura familiar na perspectiva de agregação de valor, mercados de qualidade e agricultura periurbana.



8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO

Como propostas e ações para serem aplicadas no território de Águas Emendadas, pretendemos dar continuidade às pesquisas que vem sendo realizadas desde o início do projeto, no sentido de levantarmos informações sobre a política territorial que permitam à célula de acompanhamento estudar o Colegiado territorial.

Um seminário sobre territorialidade será organizado, com previsão para dezembro de 2011, na Universidade de Brasília.

Propor um projeto ao CNPQ, na demanda individual de ciências sociais (edital 07/2011) tentando abordar a temática da mediação da participação e representação nos conselhos territoriais, especificamente no Território de Águas Emendadas. A linha central da proposta para suas apreciações e sugestões: *Em resumo, pensamos lançar um olhar para o papel dos articuladores, mediadores e atores passarelas que contribuem (ou não) para o desenvolvimento territorial, atentando para a trajetória e recursos dos participantes, a sociologia dos projetos – e a prática dos atores em diferentes circuitos.* Propõe-se compreender as diversas formas de participação nos espaços de decisão, as articulações, engajamentos e recursos mobilizados, os interesses e motivações dos atores numa perspectiva comparada entre sociedade civil e governo.

Além disso, como recomendação de novas pesquisas e ações de caráter complementar para o Território Das Águas Emendadas, há a possibilidade de proposta, por parte da UnB, de desenvolvimento de projetos de extensão, dentro do edital de chamamento público Nº 1, de 10 de outubro de 2011, intitulado “Apoio à Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Juventude Rural”. Neste edital, as Universidades Federais poderão apresentar projetos direcionados à educação do campo; à gestão e comercialização da produção na agricultura familiar e à comunicação digital nas áreas rurais. Esta proposta vai ao encontro das demandas identificadas em relação à formação para uso das novas tecnologias da informação e comunicação, favorecendo a capacitação das populações rurais em TIC, e, conseqüentemente, a divulgação e institucionalização das políticas e as programas do MDA, incluindo o Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT.



A Célula de Acompanhamento pretende participar das reuniões do COTAE, e dessa forma tomar maior conhecimento das atividades que estarão sendo realizadas.

Será realizado um levantamento a respeito das organizações sociais existentes nos municípios que constituem o Território das Águas Emendadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento territorial está ligado a uma ação do Estado que se caracteriza por uma maior descentralização e permeabilidade ao diálogo e interação com outros atores no desenho e na implementação das políticas públicas. Alguns elementos que contribuem para o desenvolvimento territorial, em sua relação com o Estado, têm a ver com o envolvimento de diferentes atores e instituições, com as complementaridades na utilização dos recursos tangíveis e intangíveis presentes no território, com a integração dos setores empresariais (assim como das conexões entre atividades econômicas rurais e urbanas) em uma dinâmica de aprendizado econômico e inovação. Além disso, o desenvolvimento territorial passa pela qualidade da inserção da articulação do território com as políticas nacionais e com o ambiente econômico em escala nacional e internacional.

Um dos problemas da abordagem territorial no contexto brasileiro tem a ver com a descentralização administrativa ter ocorrido no nível do município, como advertem Delgado e colegas (2007). Isso produziu uma duplicação de espaços de consulta e de participação e uma fragmentação das políticas públicas. Os resultados da pesquisa no Território corroboram essa assertiva. O Território das Águas Emendadas possui uma grande complexidade para a implementação de políticas de desenvolvimento territorial rural.

O primeiro aspecto delas tem a ver com o próprio conceito de território. Tanto na dimensão político-administrativa quanto na dimensão cultural, o Território não possui características comuns que permita uma unidade territorial. O segundo, resultante do primeiro, é o fato de ser o único território do Programa que se encontra vinculado a três estados da federação. Considerando os históricos problemas do federalismo brasileiro, as dificuldades de articulação política do poder público estadual no que diz respeito às ações para o território são ainda maiores. O terceiro aspecto tem a ver com o que se poderia chamar de dependência de trajetória de relações de poder profundamente assimétricas, de desenraizamento dos grupos sociais que ensejam uma baixa cultura associativa e criam sérios obstáculos para a construção de ações coletivas. Isso é particularmente verdadeiro quando se considera o funcionamento do próprio COTAE.



As relações assimétricas de poder são reforçadas pelo trabalho de Ávila, Sabourin e Duarte quando afirmam que a rede social dos técnicos possui bastante força. Uma das conseqüências é que essa rede permite acesso a fluxos decisórios quanto à alocação de recursos públicos fora do espaço formalmente constituído para a governança territorial. Isso acaba contribuindo para o esvaziamento das iniciativas do COTAE. Há uma espécie de tecnocracia que utiliza uma retórica de participação para legitimar seu poder decisório. É verdade que isso contrasta com um dos resultados da pesquisa que aponta a maior capacidade de decisão nas organizações vinculadas à sociedade civil, com destaque para associações, sindicatos, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais.

Um elemento chave para o desenvolvimento territorial parece ser como os ativos são utilizados, como os diferentes atores interagem e como as sinergias são exploradas em diferentes tipos de regiões. O mercado não parece resolver sozinho esse problema e a política pública tem um lugar para desempenhar (Vários, 2009).

Neste sentido, um suposto fundamental do enfoque territorial é a construção de uma concertação entre os diferentes atores e níveis de governo. Mais especificamente no âmbito deste projeto, para além dos conceitos de desenvolvimento e de território que orientam as políticas públicas no Brasil será fundamental entender as diferenças institucionais a partir da análise da relação entre os níveis de governo. Neste sentido, há quatro dimensões cruciais (Vários, 2007):

A distribuição de conhecimento entre as partes: os contratos de parcerias entre os governos local e nacional implicam uma transferência de conhecimento e habilidades.

A complexidade do domínio da política: quanto maior o escopo do contrato de parceria, maior é a dificuldade de antecipar todas as atribuições e atividades de cada nível. Isto requer uma relação mais cooperativa para pactuar novas tarefas e objetivos.

O grau de interdependência entre as políticas nacionais e locais: o comprometimento bilateral deve ser o mais verificável possível com a possibilidade de uma terceira parte intervir em casos de conflito e pela construção de mecanismos que informem os cidadãos sobre o desempenho do processo cooperativo.

O contexto de 'enforcement' a partir do arcabouço institucional: é preciso levar em conta o grau de *accountability* do poder político e os mecanismos de garantia jurídica de cumprimento de contratos de cada contexto institucional.



Como ficou relevado na pesquisa, a agricultura familiar, os recursos naturais e as atividades econômicas da região figuram como os fatores mais importantes para a definição dos limites e do futuro do Território das Águas Emendadas. No entanto, diferentemente de outros territórios, não há uma atividade econômica comum que possa ser um elemento diferenciador e agregador do território.

Coerentemente com os fatores apontados como de maior importância, as organizações que mais atuam nos municípios do território são as associações de agricultores familiares seguidas de sindicatos (vinculados ao meio rural). Merece destaque a atuação de associações de assentados de reforma agrária em cinco dos oito municípios. Vale lembrar que o atual presidente do Colegiado é vinculado a uma associação de assentados de reforma agrária. As organizações mais específicas como grupos de mulheres e de jovens estão pouco presentes. Isso contrasta com a importância conferida à organização das mulheres na produção e comercialização da agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.

Na **Tabela 39**, chama atenção que 24,4% dos respondentes não consegue estimar o número de vezes que o colegiado se reuniu e que aproximadamente um quarto (29,3%) afirma que o colegiado se reuniu mais de 20 vezes. Considerando que o tempo médio de pertencimento ao colegiado é de 47 meses, isso significa que uma média de uma reunião a cada dois meses e meio considerando 20 vezes. No entanto, o percentual cumulativo de frequência até 20 vezes 46,4%. Em conversas informais e reuniões com colegiado, percebeu-se uma grande dificuldade em obter quorum para as reuniões do colegiado.

Na Tabela 41, observa-se que as médias mais altas para a capacidade de decisão estão nas organizações vinculadas à sociedade civil. Há destaque para associações, sindicatos, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais.

Entre os problemas que mais prejudicam o desempenho do colegiado, estão a baixa participação dos produtores, a pouca participação dos gestores públicos e a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos. Como visto anteriormente na identidade territorial, a agricultura familiar é colocada como o fator mais importante para a definição dos objetivos de desenvolvimento e para a discussão do futuro do território.

A **Tabela 46** mostra que os principais temas tratados no colegiado estão relacionados com temas cruciais para o fortalecimento da agricultura familiar; os projetos de investimento, a reforma agrária, infra-estrutura e o desenvolvimento agropecuário.



Também vale contrastar esse dado com o fato da comunicação e as reuniões comunitárias serem os meios de comunicação mais utilizados para comunicar as decisões do colegiado à comunidade. A dificuldade de mobilização dos beneficiários para uma maior participação nos projetos parece ser congruente com outros resultados qualitativos da pesquisa, sinalizando uma dificuldade crônica de articulação dos demais atores e a forte concentração de poder decisório nas mãos de poucos atores.

De forma cumulativa, para ambos os grupos, a avaliação do acesso ao mercado está regular para pior com 60,9% e 58% respectivamente, como mostra a **Tabela 85**. Isso é consistente com o problema de comercialização da agricultura familiar identificado em outras pesquisas e pela própria literatura.

Para Ostrom (2009):

“é fundamental lidar com a complexidade em vez de rejeitá-la. Para a autora a humanidade tem uma estrutura motivacional mais complexa e mais capacidades e mais habilidades para resolver dilemas sociais, aumentar a confiança e a cooperação do que aquelas colocadas como pressuposto pela teoria de escolha racional. Desenvolver instituições, regras e desenhos da ação institucional que levem os seres humanos a usarem o que têm de melhor na construção da confiança necessária para a cooperação é um dos objetivos das políticas públicas. Esse processo pode ser melhor entendido ao tratá-lo de forma complexa. A construção da confiança entre os indivíduos e a criação e o desenvolvimento de regras institucionais de forma participativa adaptadas aos sistemas são de importância central para a solução dos problemas enfrentados na ação coletiva. Para a autora o sucesso da cooperação está nos caminhos que são escolhidos, nas diversas formas da ação coletiva e nos recursos que são usados para monitoramento dos atores, entre si, no processo da construção da confiança.” (BOTELHO FILHO & PEREIRA, 2011).

De acordo com Ostrom a existência de diversos tipos de bens públicos afeta a escolha do tipo de governança e influência a ação coletiva. Para os bens e serviços caracterizados como “comum pool resources” a cooperação obtida na ação coletiva poderá potencializar os resultados.

No caso do COTAE a indefinição da identidade e as dificuldades existentes para a participação no processo de comunicação interna entre os atores do conselho restringem a possível oferta de bens e serviços públicos.

O debate e a disputa entre os atores sobre os quais serão os objetivos e metas de ação coletiva por meio da aplicação dos recursos disponíveis não se realizam de forma transparente. Não reforça a transparência necessária da ação dos atores nas decisões tomadas.



Não cria a necessária confiança e reciprocidade implícita para a cooperação na busca de um desenvolvimento efetivo do território em construção.

Nesse sentido o COTAE é um sonho baseado na esperança de uma vida melhor. Transformar o sonho em realidade exige mudanças no processo de construção da identidade territorial na busca pela sua legitimidade.



REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. L.; SABOURIN, E. e DUARTE, L. G. Governança e ação pública territorial de desenvolvimento rural: o caso do Território das Águas Emendadas, Working Paper.

ACHE TUDO E REGIÃO. **Formosa. História.** Disponível em: <<http://achetudoeregiao.tv.br/GO/formosa/historia.htm>>. Acesso em: Agosto 2011.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges & PEREIRA, Violeta de Faria. **Das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local Rural aos Territórios da Cidadania no Brasil.** In: 17º CONGRESSO DA APDR. 5º CONGRESSO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZAa. Bragança-Zamora, 2011. p. 1-10.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P. e LEITE, S.P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2007.

DURÃES, Oscar Reis. **Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1996.

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Rimisp – Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural. Santiago, Chile, 2009. Disponível em <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/N26_2009_Favareto_catastro-politicas-desenvolvimento-territorial-Brasil_PORT.pdf>. Acesso em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Goiás. Formosa.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Setembro 2011.

_____. **Cidades. Goiás. Padre Bernardo.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Agosto 2011.

_____. **Cidades. Goiás. Planaltina.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Agosto 2011.

_____. **Cidades. Minas Gerais. Buritis.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Setembro 2011.

_____. **Cidades. Minas Gerais. Unaí.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Agosto 2011.

_____. **Estatística.** Disponível em:



<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_goiias.pdf>. Acesso em: Agosto 2011.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Mesorregião de Águas Emendadas**. Disponível em: <http://www.mesosul.org.br/nou-rau/document/get.php/169/mesorregiao_aguas_emendadas.pdf>. Acesso em: Agosto 2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Brasília. 2011. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>. Acesso em: Agosto 2011

_____. **Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>. Acesso em: Agosto 2011

OSTROM, E. **Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems**. Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University 513 North Park Avenue, Bloomington, IN 47408-3895, Nobel Lecture, December 8, (2009).

PERFIL ONLINE GO. **Formosa**. Disponível em: <<http://www.perfilonlinego.com/site/%2822dykzwtwguacd55210amazh%29/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=173834&usuid=1297&conteudo=IV%20Encontro%20do%20Bonito%20-%20GO>>. Acesso em: Setembro 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS. **História**. Disponível em: <<http://www.buritis.mg.gov.br/historia/index.php>>. Acesso em: Setembro 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA. **História**. Disponível em: http://www.formosa.go.gov.br/dinamico.php?id=78516&categoria=conteudo_dinamico. Acesso em: Setembro 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO. **História**. Disponível em: <<http://www.padrebernardo.go.gov.br/?pg=pagina&id=248>>. Acesso em: Setembro 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA. **História**. Disponível em: <http://www.planaltina.go.gov.br/?page_id=43>. Acesso em: Agosto 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. **História**. Disponível em: <http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/secretarias2005/educacao/index.php?page=escolas_municipais/escolas_municipais.htm>. Acesso em: Agosto 2011.

STEINBERGER, Marília. **Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica**. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 31-49. Universidade Federal de Goiás. Brasil. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70312129003.pdf>. Acesso em: Agosto 2011

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Buritis (Minas Gerais)**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Buritis_\(Minas_Gerais\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Buritis_(Minas_Gerais))>. Acesso em: Setembro 2011.

_____. **Formosa (Goiás)**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Formosa_\(Goi%C3%A1s\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Formosa_(Goi%C3%A1s))>. Acesso em: Setembro 2011.



_____. **Padre Bernardo.** Disponível em: <
http://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_Bernardo#Hist.C3.B3ria> Acesso em: Setembro 2011

_____. **Planaltina (Goiás).** Disponível em: <
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Planaltina_\(Goi%C3%A1s\)>](http://pt.wikipedia.org/wiki/Planaltina_(Goi%C3%A1s)>).> Acesso em: Agosto 2011

VÁRIOS, Linking regions and central governments: contracts for regional developments, Paris, OECD, 2007.

VÁRIOS, Regions matter: economic recovery, innovation and sustainable growth, Paris, OECD, 2009.